

sustentabilidade à beira-mar: um bom negócio

Cynthia Gerling e José Martins da Silva-Jr



2ª edição
Costa do Descobrimento, BA
Projeto Coral Vivo
ano 2018





créditos

textos **Cynthia Gerling e José Martins da Silva-Jr**

projeto gráfico **Ciro Girard**

revisão **Cynthia Gerling**

Sustentabilidade à beira-mar: um bom negócio

Centro Golfinho Rotador, São Paulo, 2016

44 p.

Autor: Cynthia Gerling e José Martins da Silva-Jr

ISBN 978-85-92737-00-9

1. Educação

Proibida a reprodução sem autorização expressa.

Todos os direitos reservados ao Centro Golfinho Rotador.

sustentabilidade à beira-mar: um bom negócio

Cynthia Gerling e José Martins da Silva-Jr

Um guia para implementar
uma gestão sustentável
nos âmbitos econômico,
ambiental e sociocultural:

- meios de hospedagem
- bares e restaurantes
- passeio de barco comercial
- mergulho autônomo comercial

1ª edição

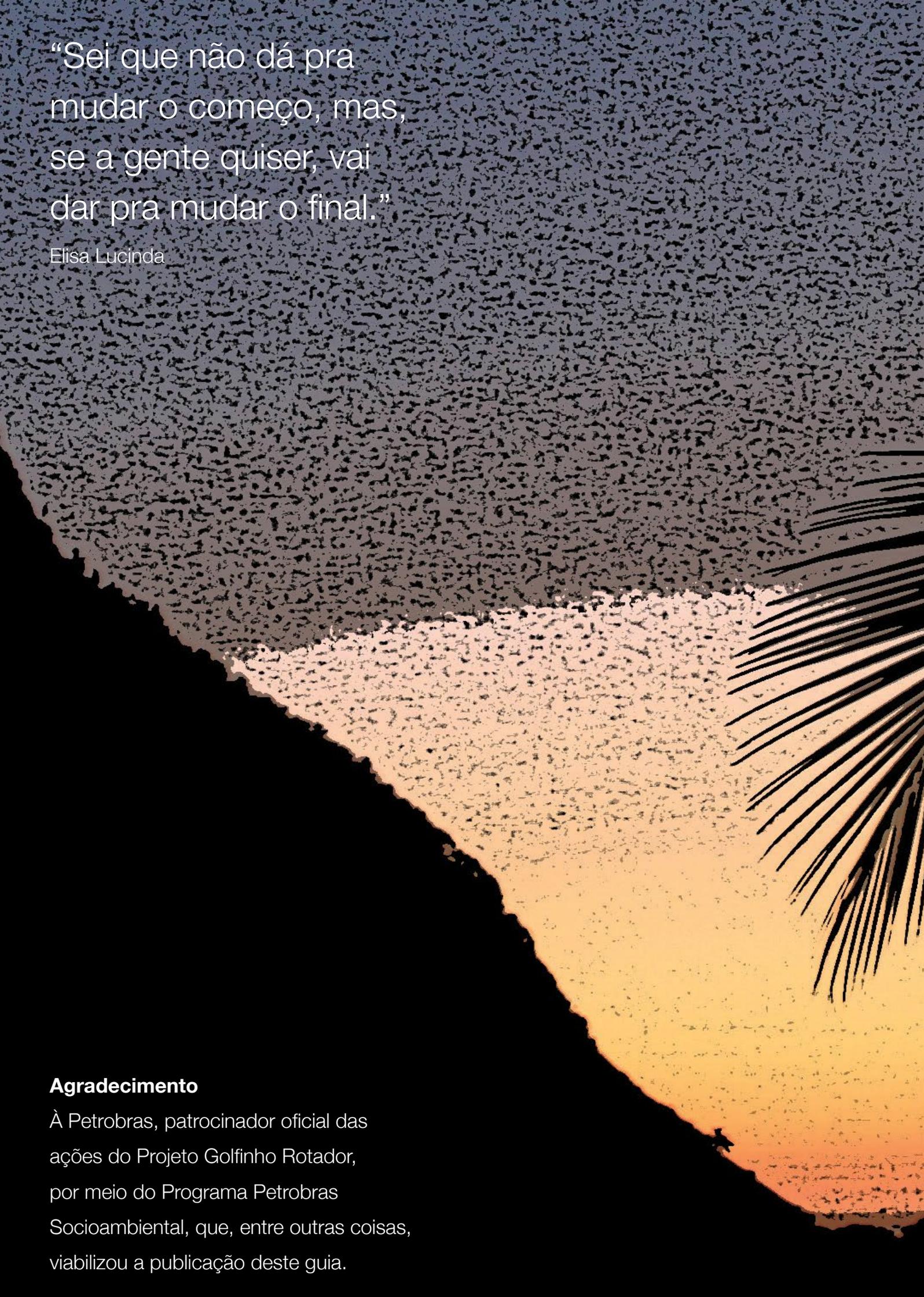
Fernando de Noronha
Centro Golfinho Rotador
ano 2016



2ª edição

Costa do Descobrimento, BA
Projeto Coral Vivo
ano 2018





“Sei que não dá pra mudar o começo, mas, se a gente quiser, vai dar pra mudar o final.”

Elisa Lucinda

Agradecimento

À Petrobras, patrocinador oficial das ações do Projeto Golfinho Rotador, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, que, entre outras coisas, viabilizou a publicação deste guia.



SUMÁRIO

Para começo de conversa	06
Valor econômico dos recursos naturais	08
A escolha está em nossas mãos	10
Sustentabilidade, será que ainda dá tempo?	11
A sustentabilidade no turismo	14
Para começo de trabalho	16
Mãos à obra!	23
Pequenos ajustes, grandes economias	24
Gestão sustentável para meios de hospedagem	26
Gestão sustentável para bares e restaurantes	30
Gestão sustentável para passeio de barco comercial	34
Gestão sustentável para mergulho autônomo comercial	38
Referências bibliográficas	42

Para começo de conversa

Quando se fala em meio ambiente, a maioria das pessoas pensa em florestas, animais selvagens, oceanos, desertos, em algo distante de si. O conceito de meio ambiente é inclusivo, e nós, seres humanos, fazemos parte do meio ambiente. Pensando assim, meio ambiente começa em nós mesmos: nosso corpo, mente e emoções.

Se quisermos boa saúde mental, física e emocional, precisamos nos cuidar respeitando nossos limites, do contrário, adoecemos. Da mesma forma, com o meio ambiente externo, se queremos mantê-lo saudável, devemos preservá-lo respeitando também seus limites.

Um dos desafios da humanidade é conhecer, compreender e, conseqüentemente, respeitar os limites, tanto seus próprios como os do meio externo.

Em 1968, houve a publicação de “Os limites de crescimento” elaborado pelo Clube de Roma, uma equipe de especialistas, que declarou os limites do desenvolvimento material, usando medições, gráficos e projeções e calculando o tempo de esgotamento dos recursos não-renováveis.

Ultrapassando os limites da Terra

“A pesca oceânica está sendo pressionada além de seus limites, os lençóis freáticos estão sendo reduzidos em todos os continentes, pastagens estão sendo exauridas, muitas florestas tropicais estão no limiar da destruição, e a concentração de dióxido de carbono na atmosfera atingiu o nível mais alto em 160.000 anos.” [1]

De acordo com dados da ONU, demorou 123 anos até que a população do planeta crescesse de 1 bilhão para 2 bilhões de pessoas. Do quarto bilhão para o quinto e depois para o sexto bilhão foram apenas 12 anos. A projeção da ONU é que a população mundial se estabilize em 10 bilhões de pessoas depois do ano 2200. Ainda segundo a ONU, o consumo de água cresceu duas vezes mais que a população mundial, o número de km² de florestas por 1.000 habitantes diminuiu de 11,4 para 7,3 desde a década de 70, e 12% do solo do planeta foram devastados nos últimos 50 anos. [2]

No dia 17 de Dezembro de 2015 às 16h21, de acordo com o site Worldometers, éramos 7.388.434.010 pessoas no mundo. No Brasil, representamos, nesse mesmo dia e hora, 204.505.417. Acesse o site agora e veja o quanto os números aumentaram [3].

O crescimento da população gera maior necessidade de habitação, alimentação, mobilidade, saúde e lazer. O atendimento às necessidades básicas do homem é feito a partir de insumos provenientes da natureza. Água, madeira, recursos marinhos, recursos minerais, recursos não-renováveis entre outros são transformados em carros, eletrodomésticos, óculos, computadores, canetas, escovas de dente, caderno, sapato, jóias, cosméticos, enfim, uma infinidade de objetos, que representam um pedaço da natureza extraído e transformado. Ao longo do processo de extração e transformação, resíduos de todos os tipos, inclusive perigosos à saúde, são produzidos e descartados sem cuidado algum.



Com isso, há uma contínua diminuição nas disponibilidades, em quantidade e qualidade, dos recursos da natureza. Se, a população do planeta continuar a crescer, consumir e descartar na intensidade que tem feito, os recursos naturais do planeta não serão suficientes para suprir tal demanda, muito menos para receber a quantidade de resíduos gerados.

“Poucos recém-casados sabem que suas duas alianças de ouro são responsáveis por seis toneladas de resíduos em uma mina.” [4]

A teoria “Tragédia dos Comuns”, tema já tratado por Aristóteles (cerca de 380 a.C.), teve ampla divulgação no meio econômico pelo artigo de Garrett Hardin publicado em 1968, que apresenta dois pontos importantes: a não valorização dos recursos naturais quando acessados gratuitamente e a inevitável superexploração e extinção dos recursos naturais quando demandados crescentemente sem a imposição de regulamentação, gerenciamento sustentável, princípios como o do “poluidor-pagador” e a

ampliação fundamental da ética e cidadania [5]. A expressão da tragédia do bem comum explica a maneira equivocada pelo qual o ser humano interage com o meio ambiente e vem impulsionada pela ideia egoísta de “se dar bem”, de levar vantagem em tudo, de obter sempre o máximo de lucro; tudo, logicamente, sem pensar nos outros. E esse pensamento leva à ação gananciosa e inconsequente de: colher, pescar, extrair recursos naturais antes que o próximo o faça, mesmo que o resultado final seja a destruição do bem comum e, portanto, o prejuízo para todos. A maioria das pessoas, sempre que puder beneficiar-se de um bem comum, será incentivada a fazer o mínimo de esforço para preservá-lo, ao mesmo tempo em que será tentado a extrair o máximo de vantagem desse bem.

“Aquilo que é comum ao maior número, despertará sobre si os menores cuidados. Todos pensam principalmente em si mesmos, dificilmente no interesse comum...” [6]

Valor econômico dos recursos naturais

Em economia, há um conceito, pouco difundido e nada aplicado, que é de essencial importância para a proteção e longevidade dos recursos naturais: a internalização das externalidades, que significa simplesmente responsabilizar os causadores do problema [7].

As externalidades podem ter natureza negativa, quando geram prejuízos para pessoas, como poluição de recursos hídricos, atmosférica, sonora. Mas as externalidades também podem ter natureza positiva, quando pessoas são beneficiadas por meio de investimentos privados em infra-estrutura e tecnologia.

A quantificação das externalidades permite avaliar quanto do custo ambiental e social não é incluído nos cálculos dos empreendimentos e acabam sendo pagos pela sociedade como um todo. A sociedade paga diretamente com perda de qualidade de vida ou indiretamente com gastos e subsídios governamentais para repor o prejuízo.

Com base na teoria da tragédia dos comuns vista anteriormente, o custo da superexploração e degradação é um exemplo onde não há a internalização das externalidades. O que ocorre é a apropriação dos recursos naturais para benefícios de alguns, sem que estes compensem os custos aos excluídos.

A fórmula para uma gestão sustentável é: internalizar a externalidade, ou seja, o empresário arca com o custo socioambiental causado pela sua atividade, e, externaliza o lucro, ou seja, investe parte de seu lucro em melhorias para a sociedade e o ambiente.

Não existe nenhum empreendimento ou atividade que seja inviável ambientalmente e viável economicamente. O que é viável ambientalmente, também o será economicamente.

Qual seria o valor real de um hambúrguer?

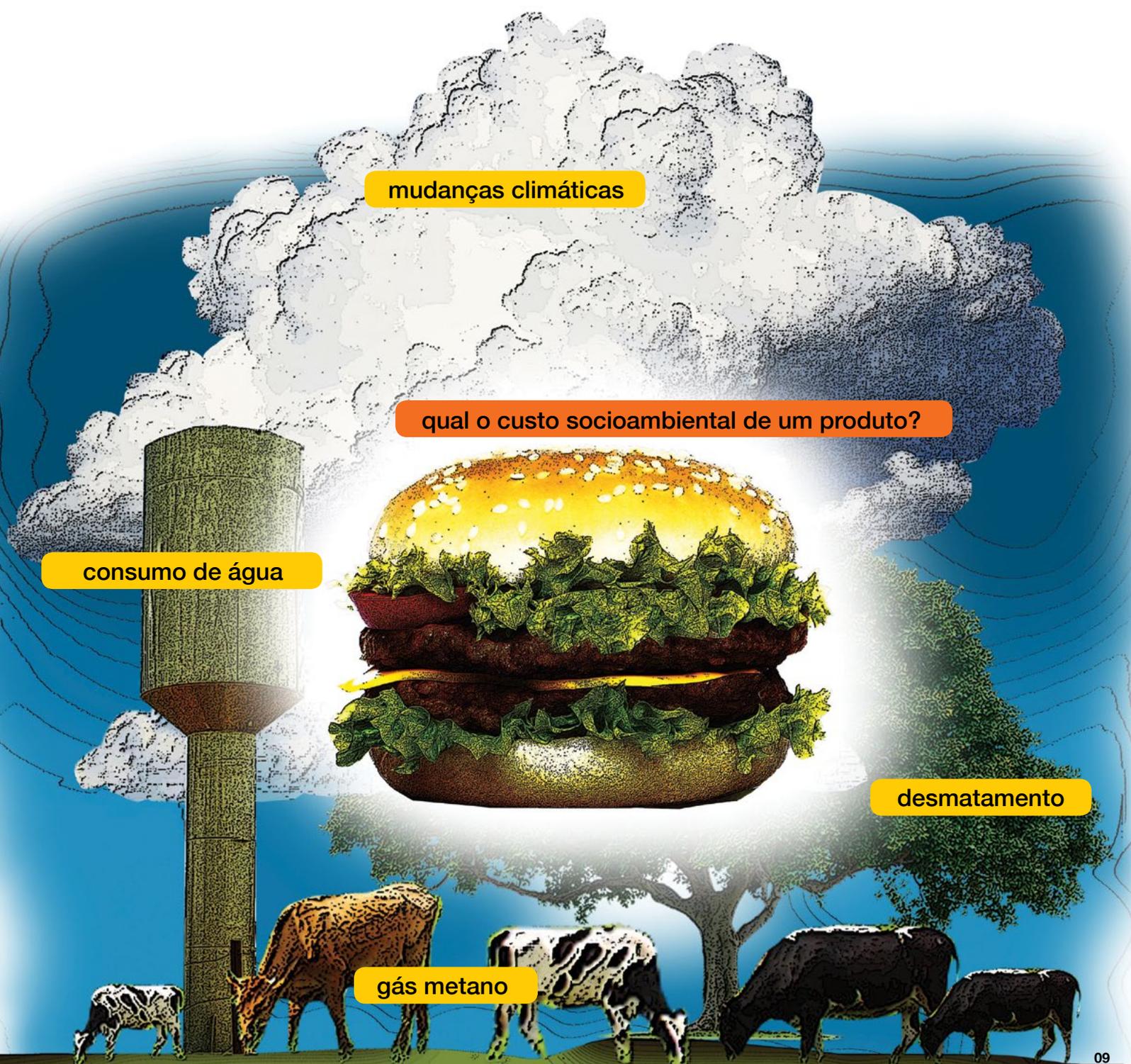
Exemplo prático de como internalizar uma externalidade

Para precificarmos de forma realista um hambúrguer, deveriam ser embutidos os gastos com tratamentos de obesidade e doenças crônicas provocadas pela carne vermelha, os custos de destinação dos resíduos gerados, o valor da água usada na produção desde a irrigação dos grãos que alimentam o gado até a produção das embalagens, a perda da biodiversidade com a derrubada das florestas para dar lugar à pastagem, contaminação do planeta por agrotóxicos etc. Isso seria a internalização das externalidades, ou seja, quando se contabiliza “o lado oculto” da economia no produto. A Teoria da Economia Ambiental acredita que essa seria uma forma justa de se contabilizar as externalidades, e, um dos resultados positivos disso, seria o aumento do preço do produto, fazendo com que o consumidor reflita antes de comprar ou usar qualquer bem ou serviço. E, caso o adquira, o consumidor arque também com o custo socioambiental, e o empresário, por sua vez, invista parte de seu lucro em ações, que diminuam o custo socioambiental por meio de melhorias socioambientais.

O ser humano tem a capacidade de fazer escolhas, que levam ao fracasso ou ao sucesso, como bem descrito no livro “Colapso” de Jared Diamond [8]. Somos dotados da capacidade mental de planejarmos e sabermos

as consequências de nossas ações. Mas, o ser humano contemporâneo tem revelado por meio de suas ações, que ele não é muito diferente do ser humano pré-histórico. O que mudou radicalmente foi o que nos rodeia como o conforto, os bens, os serviços, a tecnologia, mas a mudança interna de valores não aconteceu na devida proporção. A maneira pela qual grande parte de nós tem feito suas escolhas em prol

de seu conforto, é através de características como agressividade, força, egoísmo, ganância, monopólio, lobbies e outros tipos de coligações perversas. Obviamente, caso não haja uma mudança de paradigma, a história não poderá ter um bom final. Na história da humanidade, não há civilização que fique por muito tempo no poder, ainda mais quando esse poder beneficia e é exercido por poucos.



A escolha está em nossas mãos

“No final, nossa sociedade será definida não somente pelo que criamos, mas pelo que nos recusamos a destruir. A escolha é sua.” [9]

Um dos papéis mais importantes dos governos é regulamentar e fiscalizar o uso dos recursos naturais, salvaguardando as condições necessárias para a sobrevivência de todos os seres vivos, pois a qualidade de vida dos seres humanos depende da saúde do ambiente em que eles vivem.

Nosso papel como cidadão é se informar e fazer sua parte cumprindo seus deveres e direitos

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 representa um marco na preservação do meio ambiente, pois dedica vários dispositivos à questão ambiental e sustentabilidade [10].

O Meio Ambiente e a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, **impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo** para as presentes e futuras gerações.





Sustentabilidade, será que ainda dá tempo?

**Hoje, fala-se muito em “Sustentabilidade”.
Afinal de contas, o que é isso?
Será que é a solução? Será que dá certo?
Será que temos tempo ainda de aplicá-la?
Sim, dá tempo, mas para isto,
as posturas individuais e institucionais
precisam mudar, pois o tic-tac do relógio
não para!**

Sustentabilidade é um conceito sistêmico, relacionado com a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais da sociedade humana. Mas você ainda pode pensar: “E o que isso significa na prática?” Podemos dizer “na prática”, que o conceito de sustentabilidade representa promover a exploração de áreas ou o uso de recursos do planeta (naturais ou não) de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e todas as paisagens, plantas e animais, inclusive o homem.

A sustentabilidade pressupõe a percepção de que os recursos naturais são finitos e as atividades humanas, quaisquer que sejam elas, podem resultar na gradativa redução dos recursos naturais.

Para praticarmos o desenvolvimento sustentável, que não é feito à custa da degradação dos recursos naturais e da exploração social, é necessário entendê-lo como um processo

socioeconômico onde se minimiza o uso de matéria e energia e se maximiza o bem estar social com o objetivo de usarmos os recursos naturais com eficiência máxima, semelhante ao modelo de funcionamento da natureza ^[11].

É errado pensar que a sustentabilidade inibe o crescimento e diminui o bem estar humano. A sustentabilidade aplicada obedece a quatro critérios básicos:

ecologicamente correto;
economicamente viável;
socialmente justo;
culturalmente diverso.

A Revolução Cognitiva, ocorrida há 70 mil anos com a espécie Homo sapiens, propiciou que pudéssemos imaginar e concretizar muitos mitos coletivamente como bem explicados no livro “Sapiens” de Yuval Noah Harari ^[12] e também em sua palestra no TED ^[13]. Quanto mais baseados por fenômenos naturais, como a biologia e a física, mais consistentes serão os mitos criados pelos humanos. A sustentabilidade é um destes mitos embasados nos Princípios e Leis Naturais, representando assim, um dos mitos mais positivos dos tempos atuais.

O sucesso de uma gestão sustentável

A gestão de organizações, sejam elas pequenas como nossas casas ou grandes e complexas como indústrias, requer vários cuidados, dedicação e aquisição de novos conhecimentos. Se quisermos evitar desperdícios, controlar gastos, economizar recursos, saldar as contas, construir uma boa imagem e, conseqüentemente, obter sucesso financeiro, há requisitos fundamentais e clássicos que devem ser atendidos e gerenciados, principalmente quando se considera o conceito de uma gestão sustentável. Outro fator essencial para uma gestão eficaz é o compromisso de todos em prol de um mesmo objetivo, independente de seu nível e função naquela organização.

Esses requisitos compreendem os pilares da sustentabilidade no âmbito econômico, ambiental e sociocultural, a saber: atendimento à legislação, uso da água e energia, manejo dos resíduos sólidos e efluentes líquidos, insumos, trabalho e renda, segurança.

Nosso desafio

“O modelo de desenvolvimento sustentável deve ser capaz não só de contribuir para a superação dos atuais problemas, mas também de garantir a própria vida, por meio da proteção e manutenção dos sistemas naturais que a tornam possível. Esses objetivos implicam a necessidade de profundas mudanças nos atuais sistemas de produção e organização da sociedade humana e de utilização de recursos naturais essenciais à vida no planeta.” [14]

Por que gerenciar as atividades humanas?

Com base no conceito da Norma ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), exporemos 3 conceitos básicos para responder essa pergunta [16].

Aspecto Ambiental: elemento das atividades, produtos e serviços de uma organização que interage ou pode interagir com o meio ambiente.

Impacto Ambiental: qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, dos aspectos ambientais da organização.

Meio Ambiente: circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações.

Podemos perceber por meio desses 3 conceitos, que o ser humano, suas ações e o ambiente circunvizinho possuem uma relação simbiótica, que pode ser de fortalecimento e impacto positivo para ambos, ou positiva para um e negativa para outro ou negativa para ambos. Por meio da implementação de uma gestão sustentável almejasse que essa relação (ser humano, atividade e ambiente circunvizinho) seja a mais harmoniosa e positiva possível.

Vejamos alguns exemplos simples do dia-a-dia de nossas atividades e seus respectivos aspectos e impactos. Essa tabela foi simplificada, pois uma atividade humana sempre envolve vários aspectos e impactos:

“Não se gerencia o que não se mede, não se mede o que não se define, não se define o que não se entende, e não há sucesso no que não se gerencia.” [15]

Dia-a-dia de nossas atividades e seus respectivos aspectos e impactos

ATIVIDADE	ASPECTO	IMPACTO NEGATIVO	IMPACTO POSITIVO
Lavar as mãos	Consumo de água	Diminuição da disponibilidade hídrica	Higienização das mãos
Ver televisão	Consumo de energia e de recursos naturais para fabricação da TV	Redução na disponibilidade energética e degradação ambiental	Aquisição de informação, lazer, geração de emprego
Usar produto de limpeza e de higiene pessoal	Consumo de produtos químicos	Poluição do solo, água, ar, geração de resíduos, diminuição de recursos naturais	Higienização e cuidados com a saúde ambiental e humana
Andar de automóvel, avião, ônibus, barco	Consumo de recursos para produção do combustível e fabricação dos meios de transporte	Poluição atmosférica, aquecimento global, produção de resíduo, desmatamento	Mobilidade, agilidade, praticidade
Alimentar-se	Consumo de variados recursos para produção dos alimentos	Diminuição da disponibilidade hídrica, energética, desmatamento, perda da biodiversidade, produção de resíduos	Sobrevivência
Comprar livros, revistas	Consumo de variados recursos para produção de papel	Diminuição da disponibilidade hídrica e energética, desmatamento, perda da biodiversidade, produção de resíduos, poluição do solo, das águas	Aquisição de conhecimento, trabalho, lazer
Comprar produtos em embalagens descartáveis pequenas	Consumo de vários recursos para sua produção	Diminuição da disponibilidade energética, produção de resíduos, poluição do solo, das águas, custo maior ao final do investimento	Facilidade no manuseio diário
Comprar produtos de baixa durabilidade	Consumo de vários recursos para sua produção	Diminuição da disponibilidade energética, produção de resíduos, poluição do solo, das águas, custo maior ao final do investimento	Custo inicial baixo

A sustentabilidade no turismo

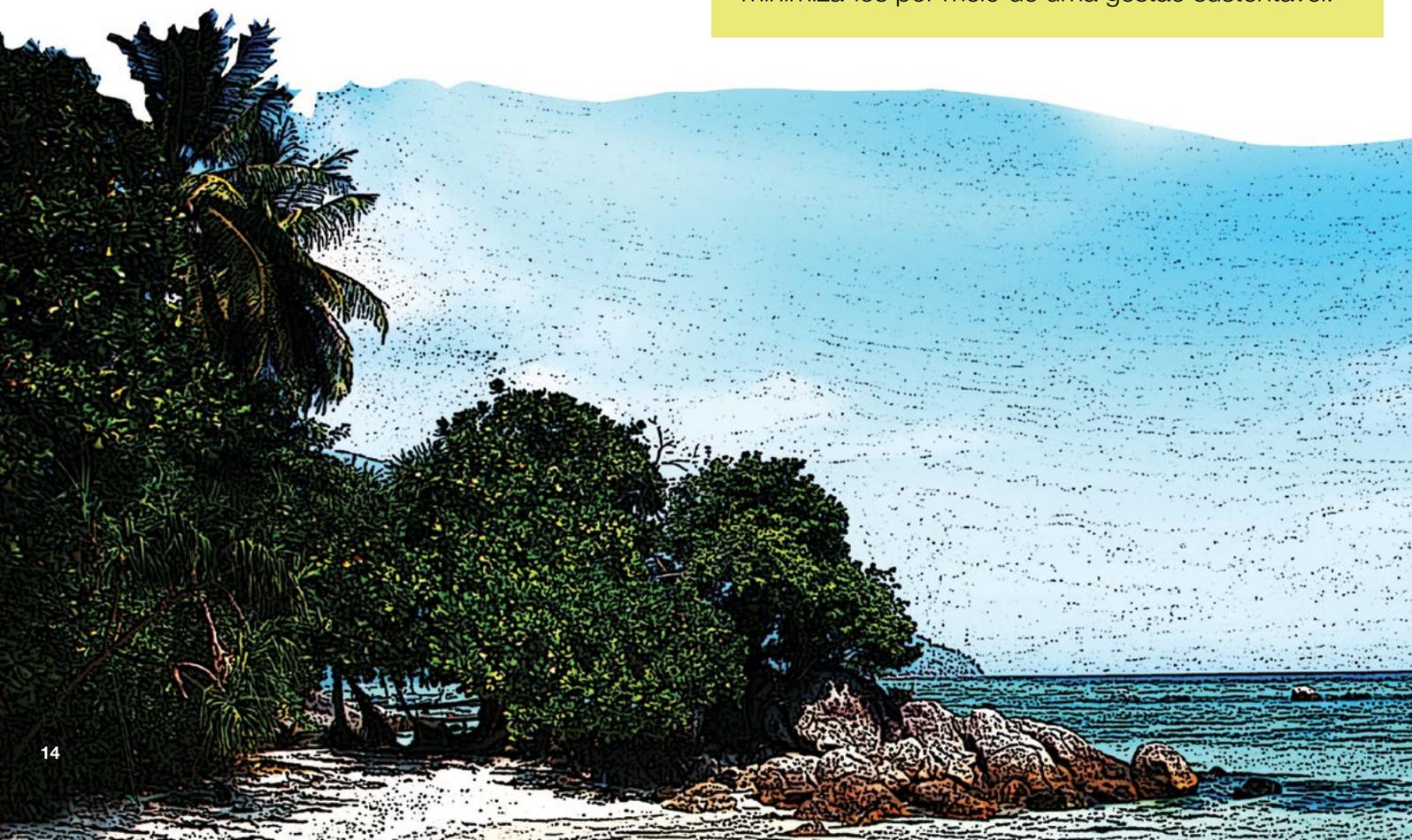
Segundo a Organização Mundial do Turismo, entende-se por turismo as atividades realizadas por pessoas ao longo de suas viagens e estadas em lugares distintos do seu entorno habitual, por um período consecutivo, inferior a um ano, por lazer, negócios e outros ^[17].

O universo turístico é um dos maiores segmentos econômicos do mundo e movimenta cerca de US\$ 1 trilhão por ano, segundo a Organização Mundial do Turismo [17]. Em 2014, 1,1 bilhões de pessoas viajaram pelo mundo, um aumento de quase 5% em relação a 2013. Para a agência da Organização das Nações Unidas, este é um bom resultado, mas, por outro lado, esse crescimento cria uma demanda cada vez maior sobre os recursos naturais, e, conseqüentemente, o setor tem um papel importante na promoção da sustentabilidade ^[2].

Até recentemente, o turismo era considerado uma atividade livre de danos. No entanto, com o crescimento vertiginoso que o setor turístico tem revelado nos últimos anos, percebeu-se que essa atividade pode trazer também impactos negativos na esfera ambiental, social, cultural e econômica, quando seu desenvolvimento não é feito de forma planejada.

Como consequência natural desse cenário, alguns empreendimentos turísticos têm adotado, nos últimos anos, soluções, tecnologias e atitudes alinhadas com os preceitos da sustentabilidade, entendendo que a adequação de suas atividades às questões ambientais é de fundamental importância para a sobrevivência do setor ^[18].

Com base nisso, o turismo deve ser entendido como um conjunto de bens e serviços que vai além da simples oferta de meios de hospedagem, bares, restaurantes, passeios de barco e mergulho autônomo comercial. Por esses serviços estarem inseridos em locais de riqueza natural e cultural, como a faixa litorânea brasileira, seus proprietários devem conhecer os possíveis impactos negativos provenientes de suas atividades para que possam minimizá-los por meio de uma gestão sustentável.



O tema Sustentabilidade no Turismo tem sido objeto de estudos em várias partes do mundo, que comprovaram resultados positivos para os empreendimentos, como por exemplo, boa imagem ao estabelecimento, redução de gastos e desperdícios, gestão eficiente e sensibilização ambiental dos clientes e funcionários.

A sustentabilidade é um conceito que veio para ficar, ganhos e resultados positivos são comprovados e vivenciados, e os mesmos extrapolam os limites da área do estabelecimento que os adota. É a prática da expressão “agir localmente e pensar globalmente”.

Para que o turismo seja sustentável, é necessário que haja, no mínimo: investimentos públicos e privados em infraestrutura; educação dos visitantes, dos empresários e dos prestadores de serviços; zoneamento ambiental; fiscalização e pactuação para cumprimento da legislação de proteção socioambiental.

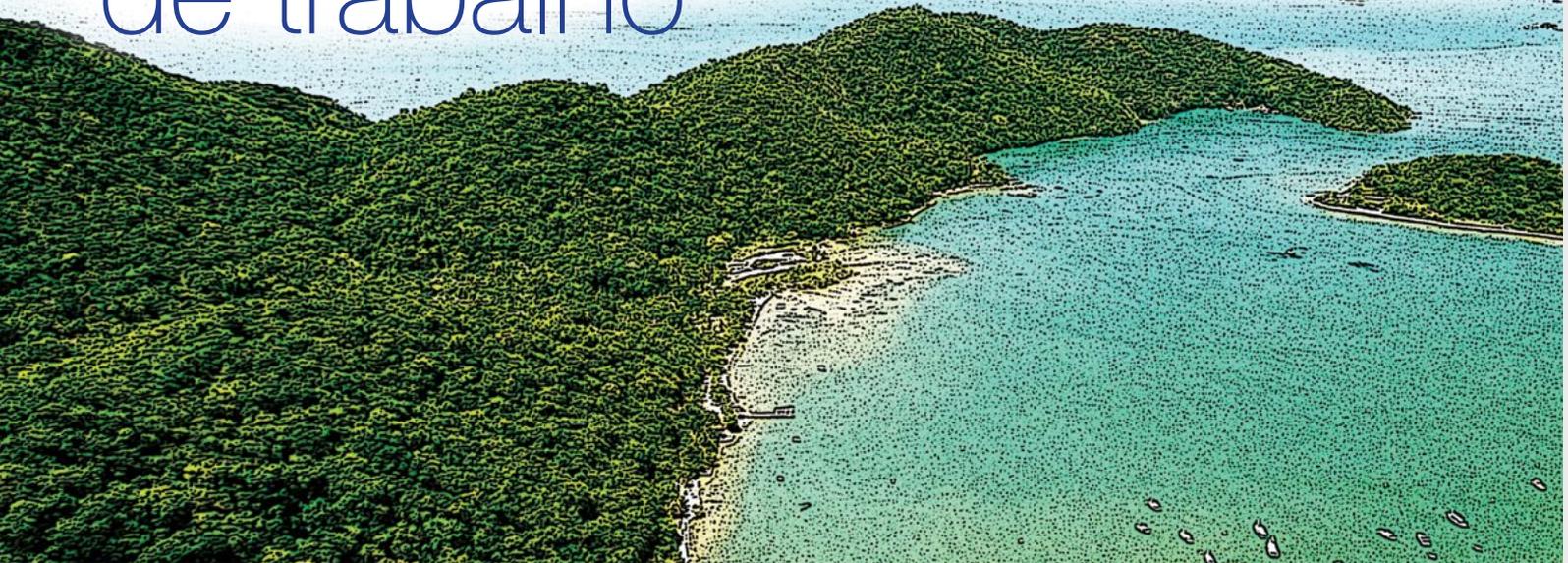
O crescimento do ecoturismo

A busca cada vez maior pelo contato com o meio ambiente dá espaço ao ecoturismo, que é um segmento que pressupõe o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação e buscando a formação de uma consciência ambiental por meio da interpretação do ambiente e promovendo o bem estar da população ^[19].

O ecoturismo é o segmento turístico que proporcionalmente mais cresce no mundo. Enquanto o turismo convencional cresce 7,5% ao ano, o ecoturismo está crescendo entre 15 a 25% por ano. A Organização Mundial de Turismo estima que 10% dos turistas em todo o mundo tenham como demanda o turismo ecológico. O faturamento anual do ecoturismo no mundo é estimado em US\$ 260 bilhões, do qual o Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões ^[17]. O uso sustentável dos ecossistemas, das plantas e dos animais por meio do ecoturismo é a melhor opção para a conservação de muitos ecossistemas costeiros e marinhos.



Para começo de trabalho



O Objetivo desse Guia é orientar os empresários de Meios de Hospedagem, Restaurantes, Bares, Passeios de Barco e Mergulho Autônomo Comercial a implementarem em seus negócios práticas sustentáveis.

As diretrizes podem ser aplicadas em pequenos, médios e grandes estabelecimentos, até mesmo em nossas casas. As diretrizes estabelecem uma abordagem sistemática por meio de um passo a passo de verificação e implementação.

Esse Guia aborda os critérios mínimos de desempenho que levem em conta requisitos legais, ambientais, socioculturais e econômicos, a saber: legislação; gestão do uso da água; eficiência energética; resíduos sólidos; efluentes líquidos; insumos; trabalho e renda; qualidade; e, segurança.

Antes de apresentarmos especificamente as diretrizes, faremos uma explicação sobre a importância de cada requisito a ser monitorado, verificado e melhorado continuamente.

A Importância de cada requisito

1. Legislação

Organizações de todos os tipos estão cada vez mais preocupadas em atingir e demonstrar um desempenho sustentavelmente legal, por meio do controle dos impactos negativos de suas atividades, produtos e serviços. Agem assim dentro de um contexto de legislação cada vez mais exigente visando adotar a proteção ao meio ambiente e às pessoas, bem como evitar perdas econômicas decorrentes de multas ou da interrupção forçada de seus serviços, por determinação judicial.

Vantagens da legislação

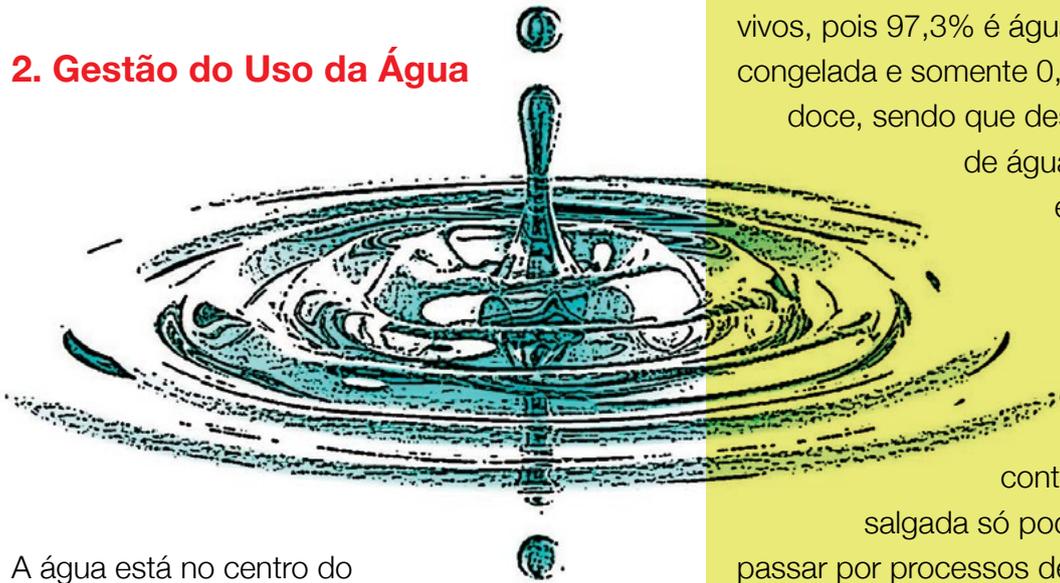
Toda lei e regra significam limites e proibições e são muitas vezes questionadas, porém elas são a única maneira de proteger a fragilidade do meio ambiente e a boa saúde das pessoas. Respeitar a legislação vigente é o início mínimo para que as atividades econômicas impactem negativamente o menos possível.

Todo empreendimento necessita tomar conhecimento dos requisitos legais aplicáveis a ele, que estão divididos na seguinte escala governamental:

- requisitos legais internacionais;
- requisitos legais nacionais;
- requisitos estaduais;
- requisitos municipais;
- requisitos distritais.

A gestão sustentável pressupõe ir além da exigência legal. A sustentabilidade representa a necessária mudança na visão do empresário: fazer mais do que o senso comum já faz, exercitando a inovação e buscando excelência em suas atividades.

2. Gestão do Uso da Água



A água está no centro do desenvolvimento sustentável.

Os recursos hídricos, e a gama de serviços providos por esses recursos, contribuem para a redução da pobreza, para o crescimento econômico e para a sustentabilidade ambiental. Desde a segurança alimentar e energética até a saúde humana e ambiental, a água contribui para as melhorias no bem-estar social e no crescimento inclusivo.

A ONU (Organização das Nações Unidas) considera que o consumo diário por pessoa de água deveria ser de 110 litros (3,3 m³), sendo essa a quantidade suficiente para beber, cozinhar e limpar. No entanto, é sabido que mais de 1 em cada 6 pessoas no mundo não têm acesso a essa quantidade. Enquanto que outros gastam muito

mais do que isso ^[2].

No Brasil, temos o grande privilégio de ter água em abundância, mas foi esse pensamento “de abundância” que acarretou a crise hídrica sentida em vários estados do sudeste brasileiro nos últimos anos. A má gestão da água pelos diferentes setores, tanto públicos como privados, o crescimento populacional, a urbanização, desperdício, não uso de equipamentos economizadores, não reaproveitamento, entre outros fatores também potencializaram essa crise.

A água da Terra

O planeta Terra tem muita água, mas distribuída de forma desigual entre os continentes e também de forma que não favorece o consumo por seres vivos, pois 97,3% é água salgada, 2,07% é água congelada e somente 0,63% da água do Planeta é doce, sendo que dessa pequena porcentagem de água doce, apenas 0,3% é potável ^[14]. É desse pequeno percentual de água doce que a maioria dos seres vivos, plantas e animais dispõe para continuar existindo, pois a água salgada só pode ser consumida após passar por processos de dessalinização. São poucos os seres vivos que podem dessalinizar água do mar. Alguns processos de dessalinização são naturais, como das aves marinhas, outros processos são mecânicos, mas todos possuem alto gasto energético.

3. Eficiência Energética

A Energia está presente em todos os processos naturais ou criados pelos seres humanos. Para a humanidade é essencial dispor de energia tanto para seus processos vitais como para construir e transformar o mundo pelo trabalho, arte e cultura. Para isso foram desenvolvidos ao longo da história diversos processos de transformação, transporte e armazenamento de energia.

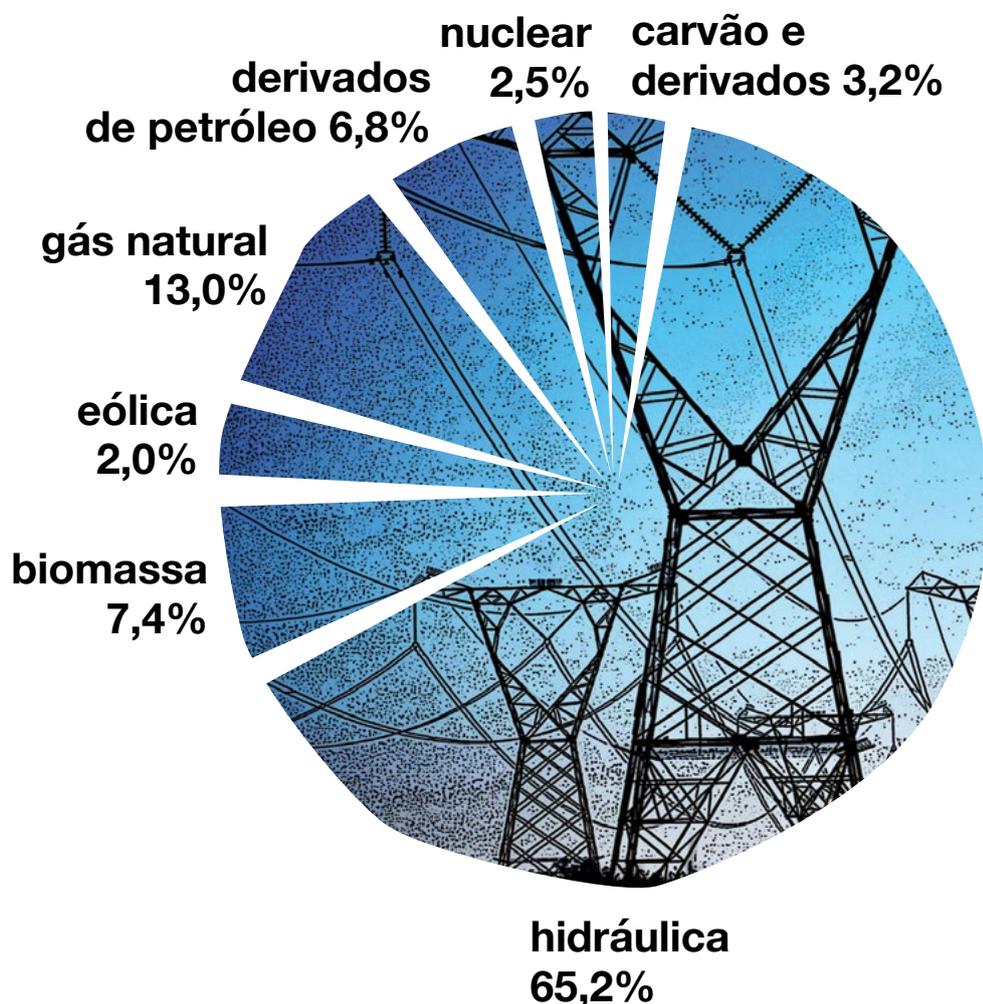


Em nosso planeta encontramos diversos tipos de fontes de energia. Elas podem ser renováveis ou não renováveis. Por exemplo, a energia solar e a eólica fazem parte das fontes de energia renováveis. Por outro lado, os combustíveis fósseis ou não renováveis (carvão mineral, gás natural, xisto e petróleo) possuem uma quantidade limitada em nosso planeta, e só se regeneram em prazos extremamente longos.

Todas as formas de geração, distribuição e uso de energia provocam impactos negativos sobre o meio ambiente e as pessoas.

A principal fonte de energia elétrica no Brasil é a hidrelétrica. É uma energia mais barata e polui pouco em termos de gases de efeito estufa, mas sua construção provoca sérios impactos socioambientais, como o desaparecimento de inúmeras espécies de plantas e animais, destrói vilas, cidades, sítios arqueológicos e históricos.

Com a crise hídrica em nosso país, o uso de termelétricas (combustíveis fósseis) na geração elétrica foi intensificado, sendo a principal causa do aquecimento global, com consequências diretas nas mudanças climáticas e assim na intensificação de fenômenos como inundações, estiagens, extinção de espécies, poluição do ar e outros.





4. Resíduos Sólidos

A abundância dos bens de consumo, continuamente produzidos pelo sistema industrial, é considerada, frequentemente, um símbolo do sucesso das economias capitalistas modernas. No entanto, esta abundância passou a receber uma conotação negativa, sendo objeto de críticas que consideram o consumismo um dos principais problemas das sociedades industriais modernas.

Resíduo seria tudo aquilo que jogamos fora porque para nós, naquele lugar e estado, não tem mais valor. Mas, vamos refletir sobre 2 pontos:

- 1) Jogar fora!? Ninguém põe o lixo fora, pois no mundo, tudo é dentro!
- 2) Não tem mais valor!? “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”, como já dizia Lavoisier.

Na grande maioria das vezes, os resíduos, quando separados corretamente e bem acondicionados, apresentam valor e/ou uso. São exemplos: a reciclagem de latas de alumínio, de garrafas PET, ou mesmo os produtos à venda em sebos e brechós. Nesta visão, resíduos seriam apenas “matéria-prima fora do lugar”.

Temos um novo desafio com o destino do nosso lixo. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei 12.305/2010 - estabelece nossa responsabilidade por tudo que consumimos e descartamos ^[21] As empresas também terão de fabricar produtos,

que deixem menos resíduos e que sejam mais recicláveis. O

consumidor está proibido de queimar lixo a céu aberto ou jogá-lo em ruas, praias e rios. E, no caso de alguns produtos, será preciso devolvê-los ao fabricante, para que ele os recicle.

O lixo brasileiro é considerado um dos mais desperdiçados do mundo. No Brasil, cada pessoa gera, em média, 1 kg de lixo por dia e em São Paulo, 1,5 kg, sendo basicamente assim dividido:

- 50% orgânico ou conhecido também como “úmido” que corresponde à parte orgânica dos resíduos, como as sobras de alimentos, cascas de frutas, restos de poda etc., que pode ser usado para compostagem;
- 50% inorgânico ou “seco” composto por materiais potencialmente recicláveis (papel, vidro, lata, plástico etc.) e outros materiais com seus riscos potenciais como pneu, lâmpadas fluorescentes, restos de tinta, pilhas, baterias, bitucas de cigarro, medicamentos.

Quando nosso lixo bate no lugar errado.....

O problema ambiental dos resíduos diz respeito à forma e ao local inadequado em que determinado material se encontra. Por exemplo, quando encontramos uma tampinha de refrigerante na areia da praia ou um saco plástico boiando no mar ou uma lata de cerveja jogada na calçada ou bitucas de cigarro espalhadas pelo chão!

Lembre que o melhor resíduo é aquele que nunca foi gerado, para isso exercite os 5 Rs:

- **Refleta** sobre o que é realmente necessário.
- **Recuse** o consumo de produtos supérfluos e desnecessários e o desperdício.
- **Reduza** o consumo de produtos necessários.
- **Reutilize** tudo que for possível, retardando seu descarte.
- **Recicle**, ou seja, separe seus resíduos e destine-os para a coleta seletiva.



5. Efluentes Líquidos

Um dos grandes problemas da poluição dos rios, mares e solo vem de um hábito errado: jogar na pia, no vaso sanitário ou na terra óleo de fritura usado, medicamentos vencidos e outros resíduos tóxicos. Um litro de óleo pode contaminar até 1 milhão de litros de água. Medicamentos descartados na água e no solo causam impactos negativos cumulativos e irreversíveis, atingindo, ao final, a saúde humana. O correto é separar o óleo em garrafa PET para ser entregue ao sistema de coleta de resíduos ou às instituições que o reaproveitam na produção de biodiesel e sabão. E os medicamentos vencidos devem ser levados às farmácias ou a pontos de coleta destinados a eles.

A legislação sobre poluição da água no Brasil esteve dispersa até 1976, quando foram estabelecidos os primeiros padrões nacionais de controle da poluição hídrica. Em 18 de junho de 1986, foi promulgada a Resolução CONAMA 020/86, que estabelece a Classificação das Águas

Nacionais em Doces, Salobras e Salinas, fixa os padrões de qualidade da água para cada classe e os padrões de emissão para efluentes líquidos. Padrões de qualidade das águas superficiais são concentrações máximas permitidas para cada poluente nos corpos d'água, e visam preservar a qualidade das águas, de modo que possam ser tratadas por métodos convencionais para produzir água potável a um custo razoável, e continuar a sustentar o ecossistema aquático [22].

A função dos órgãos responsáveis pelo controle da poluição é evitar que sejam lançados poluentes nos rios a ponto das concentrações ultrapassarem os valores estabelecidos pela legislação, pois a poluição pode atingir ecossistemas naturais, agrários e urbanos. Nos ecossistemas naturais, os mais afetados são as águas e o ar.

Grande parte da poluição do mar é consequência da atividade humana na terra, trazida pelos rios ou pelo ar. Por exemplo, as águas residuais da indústria, da agricultura e das atividades domésticas carregam para o mar produtos químicos e matéria orgânica.

Mas o mar também sofre com os poluentes lançados diretamente nele, como plástico nas praias, esgoto na costa e petróleo no mar. O esgoto, por conter diversas impurezas, pode transmitir doenças infecciosas e contagiosas, causar intoxicação, pondo em risco nossa saúde, e até mesmo a morte de peixes, moluscos, crustáceos, corais e outros seres aquáticos.

6. Insumos

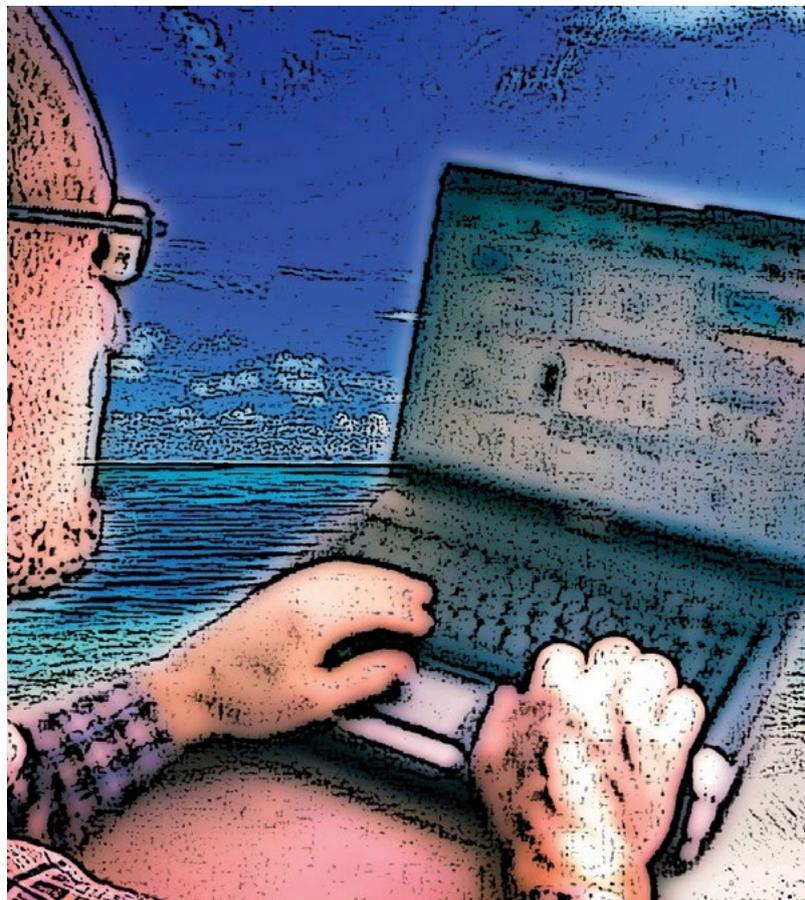
Insumos são cada um dos elementos necessários para se produzir mercadorias ou serviços, como matéria-prima, equipamentos, capital, horas de trabalho etc.

Quando adquirimos qualquer produto ou serviço sustentável, devemos ter em mente dois princípios importantes:

- A escolha por produtos, sistemas e empresas com gestão cada vez mais sustentável. Pois só assim conseguiremos a transformação do paradigma na direção do equilíbrio entre economia, meio ambiente e sociedade para esta e futuras gerações. Há uma enorme variedade de produtos e empresas que demonstram iniciativas focadas na redução de impactos socioambientais, diferenciando esses produtos no segmento e devemos priorizá-los.
- Análise do ciclo de vida (ACV) ou “análise ambiental do ciclo de vida” é a análise do impacto ambiental de um produto, sistema ou processo. Essa análise é feita sobre toda a “vida” do produto ou processo, desde o seu início, ou seja, desde a extração da matéria-prima usada na fabricação até o final da vida (quando o produto deixa de ter uso e é descartado como resíduo), passando por todas as etapas intermediárias (manufatura, transporte, uso).

O primeiro passo para adotar estes princípios é identificar as expressões chaves nas embalagens dos produtos ou pesquisar na internet. Ou seja, antes de comprar, leia e entenda o rótulo dos produtos, para conhecer a filosofia da empresa.

Conheça algumas expressões que podem indicar a sustentabilidade do produto: atóxico; biodegradável; não poluente; materiais reciclados; reciclável; material reutilizado; redução de resíduos; desempenho e vida útil; economia de água; energia limpa; eficiência energética; baixa emissão de gases poluentes; embalagem sustentável; selos e certificados reconhecidos; responsabilidade social.



7. Trabalho e Renda

Tudo deve ser registrado e calculado quando se quer sucesso nos negócios!

A melhor maneira para avaliar a viabilidade econômica de um empreendimento é estabelecer e manter procedimentos documentados para monitorar e medir, periodicamente as principais características de suas operações e atividades, que possam ter um impacto significativo sobre a sustentabilidade econômica e para avaliação periódica do atendimento à legislação ^[16].

O conceito acima tem como base a norma ABNT - NBR 15401:2006 (Meios de Hospedagem – Requisitos para a sustentabilidade) e significa, em outras palavras, que mensalmente o empreendimento deve ter o registro através de planilhas e softwares de suas operações e atividades, que servirão como indicadores se o empreendimento é sustentável na questão econômica, sociocultural e ambiental ^[16]. Eis aqui alguns registros básicos e fundamentais:



- despesas com água, luz, insumos, manutenção geral, folha de pagamento, melhorias, patrocínios, registros e licenças do empreendimento, material de divulgação, frete, passagem aérea, entre outros;
- despesas com funcionários, alimentação, transporte, salários, gratificações, direitos (como férias e 13º), impostos e fundo rescisório (valor a ser guardado para rescisão trabalhista), serviços como consultoria jurídica e contábil;
- “depreciação” patrimonial, de equipamentos e bens móveis e imóveis;
- investimento na comunidade e projetos locais, quando e quanto do lucro é revertido na capacitação dos funcionários e em patrocínios sociais, ambientais e culturais;
- receitas, como de serviços prestados e comissões;
- indicadores como satisfação dos clientes (adquirido através do opinário), frequência de clientes, entre outros;
- divulgação do empreendimento em sites, blogs, redes de relacionamento “on line”, revistas de viagem, agências de viagens, feiras e eventos.

8. Procedimentos de Segurança

A Revolução Industrial trouxe vários avanços tecnológicos, que, por sua vez, ocasionaram mudanças importantes nas organizações humanas. Uma boa parcela dessas mudanças contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, mas, por outro lado, também contribuíram de maneira negativa, criando problemas econômicos, sociais, políticos, ambientais e de segurança.

Nos tempos de hoje, segurança, saúde e meio ambiente são matérias interdisciplinares, sendo que empresas de sucesso possuem um programa responsável pelos três setores e o chamam de SHE (Safety – Segurança, Health – Saúde, Environment – Meio Ambiente).

Em uma visão moderna da Segurança, Saúde e Meio Ambiente trabalha-se na prevenção e no controle, tendo-se uma visão sistêmica do negócio, e o que impulsiona as áreas de Segurança e Meio Ambiente é que possam ser certificadas por um organismo independente credenciado. Esta ideia permite que uma organização demonstre a seus funcionários, clientes e outras partes interessadas que ela atende a uma determinada norma - especialmente se esta for internacional, e que Segurança, Saúde e Meio Ambiente são vistos como prioridades, representando inclusive vantagem competitiva para a organização.

Para atividades náuticas e de turismo de aventura, como mergulho recreativo, é recomendada a contratação de empresas que possuam Sistema de Gestão da Segurança (SGS) e que cumpram normas técnicas referentes à atividade, de modo que a sua experiência seja segura e prazerosa.



Mãos à Obra!

A partir de agora, este Guia entra na parte prática para implementação de uma gestão sustentável em seu negócio. As diretrizes serão compostas por diferentes requisitos e seus respectivos indicadores.

Os requisitos são os tópicos que foram comentados anteriormente: legislação; gestão do uso da água; eficiência energética; resíduos sólidos; efluentes líquidos; insumos; trabalho e renda; qualidade; e, segurança. Eles serão tratados especificamente para cada uma das quatro atividades econômicas abordadas neste guia: Meios de Hospedagem, Bares e Restaurantes, Passeio de Barco Comercial e Mergulho Autônomo Comercial.

A ideia de se apresentar o esperado para uma gestão sustentável é facilitar a verificação dos indicadores relacionados a uma gestão que trará ganhos ambientais, econômicos e sociais para o empresário. Os indicadores estão em forma de afirmações e podem ser vistas como um “check-list” (lista de verificação) para seu negócio à beira-mar. As afirmações representam uma amplitude de práticas sustentáveis, mas que, obviamente, não devem ser vistas como únicas, mas sim como um estímulo à reflexão e, conseqüentemente, à melhoria contínua por meio da implementação de um número cada vez maior de atitudes sustentáveis. Pois a gestão de uma empresa é algo dinâmico, que deve estar sempre sendo revista, avaliada e melhorada.

A tabela abaixo exemplifica um indicador em forma de afirmação, as possíveis situações e seu significado:

Quanto mais “SIM”, mais sustentável é seu negócio.

Muitos “PARCIALMENTE” significam que seu negócio deve melhorar.

Muitos “NÃO” significam que o empreendimento apresenta fragilidade quanto à sustentabilidade, e deve agir para obtenção de um maior número de “SIM”.

Para que este Guia cumpra seu papel, é necessário que suas informações sejam compartilhadas com todos: funcionários e clientes. Reuniões internas periódicas mensais é uma boa forma de treinar a equipe para aplicar medidas sustentáveis. A comunicação externa, entre sua equipe e os clientes, é também fundamental para o sucesso de uma gestão sustentável. Por isto, não economize tempo e esforços para deixar claro para todos que seu empreendimento está a caminho da máxima sustentabilidade possível e que o compromisso de todos é fundamental para o sucesso.

Essas diretrizes são passos que nos levam ao jogo do ganha-ganha, pois afinal de contas, o estado da arte da sustentabilidade é proporcionar um jogo, no qual todos ganham: proprietários, funcionários, clientes, ambiente e outras partes interessadas.

Indicador/Afirmação	Situação	Significado	
Todos os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar água.	Sim	Excelente	
	Parcialmente	Precisa melhorar	
	Não	Precisa melhorar muito	23

Pequenos ajustes, grandes economias

ÁGUA

1) Máquina de lavar roupa

As lavadoras de abertura frontal são mais econômicas, pois o consumo de sabão é menos da metade e o consumo de água é de 20% a 25% menos do total do que nas máquinas de lavar roupas de capacidade equivalente com abertura em cima.

2) Ar-condicionado produz água

Você sabia que 1 hora de ar-condicionado ligado gera de 0,5 a 1,0 litro de água limpa? Essa água não é potável, mas pode ser reutilizada para vários fins.

3) Água residual

Água residual da máquina de lavar roupa pode ser reutilizada na limpeza externa, na lavagem dos panos de chão e de carros, e, em plantas, apenas quando o sabão em pó for biodegradável e não for usado amaciante e alvejante.

4) Aplicativos para economizar água

Já existem aplicativos que ajudam a economizar água como o <http://iwater.capile.net/>

ENERGIA

1) Já ouviu falar do ar-condicionado “inverter”?

Ele permite operar com economia de energia de até 40% em relação ao sistema convencional. E seu gás não agride a camada de ozônio, pois é 100% livre de CFC.

2) Dica para lâmpadas

As lâmpadas LEDs, conhecidas como de muito baixo consumo (85% de economia), além de serem mais econômicas do que as fluorescentes, após seu descarte não representam perigo para a saúde humana e ambiental, pois são livres de mercúrio e fosfato, componentes presentes nas fluorescentes. Cuidado ao descartar as fluorescentes para não rompê-las!

3) Adquirindo equipamentos eletroeletrônicos

Escolha sempre aqueles que tenham o selo PROCEL, que possui 5 categorias: A, B, C, D e E. O mais econômico é a categoria A. Embora um pouco mais caro, ao longo do tempo, vale o investimento.

RESÍDUOS SÓLIDOS

1) Como lidar com resíduos perigosos:

Pilhas/baterias: descartar em papa-pilhas.

Bituca de cigarro: embalar isoladamente.

Medicamentos vencidos ou sem uso: levar à Vigilância Sanitária ou farmácias/hospitais.

Lâmpadas fluorescentes: embalar isoladamente e levar, quando possível, a pontos de coleta.

Tintas/vernizes: embalar isoladamente.

2) Restos de comida

Restos de comida quando dispostos em vias públicas, mesmo que ensacados, podem gerar mau cheiro, atrair insetos e animais, causando impactos negativos.

Há duas opções para lidar com restos de comida: quando são predominantemente verduras, legumes e frutas, o ideal é fazer uma composteira para utilização do adubo no jardim, na internet há

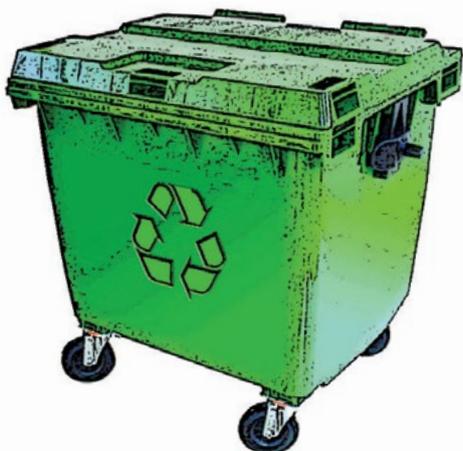
vários sites que explicam como fazer. Ou, quando os restos possuem alta predominância de carnes de qualquer espécie, laticínios, gorduras, sobras de alimentos cozidos ou estragados, o correto é congelá-los e dispô-los em via pública apenas na hora da coleta pública.

3) Bituca de cigarro não é biodegradável

A bituca contém mais de 4,7 mil substâncias tóxicas, o que prejudica o solo, contamina os rios e córregos, as praias e entope tubulações e bueiros, colaborando para as enchentes. Ofereça um porta bituca para descarte correto e mantenha-o separado de demais resíduos.

4) Disposição correta

Independentemente se há ou não coleta seletiva, são nosso dever e responsabilidade separar e acondicionar adequadamente os resíduos que geramos. Exemplos de lixeiras adequadas:



5) Descarte de embalagem longa vida e tubo de pasta de dente

A embalagem longa vida e o tubo da pasta de dente podem ser reutilizados para fazer telhas, móveis, pisos, peças plásticas como cabos de pá, vassouras, coletores etc. Antes de descartá-los, é importante lavar. Embalagem longa vida deve ser descartado como papel e o tubo de pasta de dente TAMPADO, como plástico.

INSUMOS

1) Embalagens Maiores

Na hora de comprar produtos, lembre que embalagens maiores geram menos resíduos e costumam ser mais baratos.

2) Acessórios de banheiro

Acessórios de banheiro com dispenser fixo e sistema para “refill” geram menos resíduos, desperdício de produto e costumam ser mais baratos.

3) Desodorizador de ambiente em embalagem aerosol

O uso de desodorizador em embalagem aerosol pode ser um problema para quem tem renite alérgica, e a embalagem, depois de vazia, se transforma em problema ambiental. Uma boa opção, tanto financeira como ambiental, é diluir o amaciante de sua preferência com álcool e água, colocar essa mistura no borrifador e pulverizar no ambiente. Ou adquirir difusores à base de óleos essenciais.

Gestão Sustentável para Meios de Hospedagem



Aqui apresentaremos as Diretrizes para Implementação de uma Gestão Sustentável em Meios de Hospedagem.

Para fins deste Guia, entende-se por Meios de Hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades habitacionais e de uso exclusivo do hóspede, mediante cobrança de diária. O Sistema Brasileiro de Classificação utiliza 8 tipologias de meios de hospedagem, a saber: Hotel, Resort, Pousada, Hotel Fazenda, Cama & Café, Hotel Histórico, Pousada, Flat/Apart-Hotel.

1. Legislação

1.1. O Meio de Hospedagem possui alvará válido de localização e funcionamento como Meio de Hospedagem expedido pelo órgão competente.

1.2. O Meio de Hospedagem está sem pendências junto à esfera municipal.

1.3. O Meio de Hospedagem está sem pendências junto à esfera estadual.

1.4. O Meio de Hospedagem está sem pendências junto à esfera federal.

1.5. O Meio de Hospedagem possui licença válida do Corpo de Bombeiros.

1.6. O Meio de Hospedagem possui licença válida da Vigilância Sanitária.

1.7. O Meio de Hospedagem possui o CADASTUR (www.cadastur.turismo.gov.br).

2. Água

2.1. Todos os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar água dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

2.2. Os clientes são informados por escrito e oralmente para economizar água.

2.3. Os avisos referentes ao uso racional da água são bilíngues.

2.4. Os avisos referentes ao uso racional da água estão separados de outros avisos.

2.5. Todos os chuveiros são econômicos.

2.6. Todas as torneiras são econômicas (com arejador, temporizador, sensor de movimento, acionamento no pé).

2.7. Todas as descargas sanitárias possuem duplo acionamento (de 3 e 6 litros) e são devidamente sinalizadas para seu uso correto.

2.8. Todos os equipamentos que necessitam de água são economizadores de água (lava-louça, máquina de lavar roupa, entre outros).

2.9. Todas as mangueiras possuem o acessório “pistola” em sua extremidade.

2.10. O Meio de Hospedagem faz captação de água de chuva para uso adequado à qualidade da água.

2.11. O Meio de Hospedagem faz uso de água residual (do ar-condicionado, da máquina de lavar-roupa, entre outras). Veja detalhes na pág. 24.

2.12. O Meio de Hospedagem limpa as caixas de água no mínimo a cada seis meses.

2.13. As caixas de água e os reservatórios de água de chuva encontram-se devidamente tampadas e conservadas, livre de rachaduras, vazamentos, infiltrações, descascamentos dentre outros defeitos.

3. Energia

3.1. Os colaboradores são informados por escrito e oralmente para economizar energia dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

3.2. Os clientes são informados por escrito e oralmente para economizar energia dentro e fora de seu estabelecimento.

3.3. Os avisos referentes ao uso racional de energia água são bilíngues.

3.4. Os avisos referentes ao uso racional de energia água estão separados de outros avisos.

3.5. Todos os equipamentos eletroeletrônicos são economizadores de energia, possuindo a categoria Selo Procel A ou outro que represente máxima eficiência energética (ar-condicionado, chuveiro, televisor, geladeira, freezer, frigobar, entre outros).

3.6. Há rotina de manutenção e limpeza dos equipamentos eletroeletrônicos (principalmente ar-condicionado e filtro).

3.7. Há rotina de manutenção e limpeza nas borrachas das geladeiras, freezers, frigobares.

3.8. O Meio de Hospedagem faz uso de sensores de presença em locais (toalete social, dispensa, corredores, varandas) onde a luz pode ficar acesa desnecessariamente.

3.9. A água dos chuveiros possui sistema de aquecimento solar.

3.10. O Meio de Hospedagem utiliza luminosidade natural para redução no consumo de energia.

3.11. O Meio de Hospedagem utiliza ventilação natural para redução no consumo de energia.

3.12. Todas as lâmpadas são LEDs. Veja detalhes na pág. 24.

3.13. Geladeiras e freezers estão distantes de áreas quentes ou que sofram incidência solar.

4. Resíduos Sólidos

4.1. Os colaboradores são informados oralmente e por escrito para separarem os Resíduos Sólidos

(RS) dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

4.2. Os clientes são informados oralmente e por escrito para separarem os RS gerados dentro e fora de seu estabelecimento.

4.3. O Meio de Hospedagem separa adequadamente os Resíduos Sólidos por tipo de material - plástico, metal, papel, resíduo orgânico, vidro, não reciclável e resíduo sanitário.

4.4. O Meio de Hospedagem acondiciona e faz a destinação adequadamente dos resíduos tóxicos. Veja maiores detalhes na pág. 24.

4.5. O Meio de Hospedagem possui lixeiras individualizadas, sinalizadas e bilíngues que garantam a adequada separação dos diferentes tipos de RS em seus distintos ambientes – área de serviço: 8 lixeiras (resíduos citados nos itens 4.3 e 4.4); Unidade Habitacional: total 3 lixeiras = 1 para resíduo seco + 1 para orgânico + 1 para o banheiro; área de uso comum: 7 lixeiras para os RS citados no item 4.3.

4.6. O Meio de Hospedagem possui lixeiras adequadas (com tampa e pedal) que garantam a disposição correta dos Resíduos Sólidos em seu interior e em via pública. Veja maiores detalhes na pág. 25.

4.7. O Meio de Hospedagem adota estratégias para reduzir a geração de RS como reutilização de papéis, vidros, latas, móveis, utensílios, embalagens entre outros.

5. Efluentes Líquidos

5.1.a. O sistema de esgoto do Meio de Hospedagem é conectado ao sistema público de coleta e tratamento.

5.1.b. Caso o Meio de Hospedagem não esteja conectado ao sistema público de coleta, ele possui fossa séptica ou outro tratamento de acordo com a legislação ambiental.

5.2. O Meio de Hospedagem possui caixa de gordura proporcional à demanda.

5.3. A limpeza da caixa de gordura é realizada no mínimo a cada seis meses.

5.4. É dado destino adequado ao óleo usado na cozinha, sendo “adequado” = colocá-lo em recipientes tampados com segurança e dependendo do volume levá-lo à alguma instituição que o reutilize/recicle.

6. Insumos

6.1. O Meio de Hospedagem não usa descartável/plásticos - copos, pratos, talheres, canudos.

6.2. O Meio de Hospedagem não vende água mineral em garrafa inferior a 500 ml.

6.3. Os produtos de limpeza são adquiridos em embalagens maiores - a partir de 2 kg/litros.

6.4. Os produtos de limpeza são concentrados.

6.5. Os produtos de limpeza são biodegradáveis.

6.6. O Meio de Hospedagem não usa aromatizador de ambiente em embalagem aerosol. Veja detalhes na pág. 25

6.7. O Meio de Hospedagem oferece nas Unidades Habitacionais e em outras áreas de uso comum acessórios para higiene pessoal (shampoo, sabonete, condicionador, entre outros) em embalagem fixa com sistema para “refill”.

7. Trabalho e Renda

7.1. O Meio de Hospedagem emprega mão de obra local (quanto maior o número, mais sustentável).

7.2. Todos os funcionários frequentam anualmente cursos de capacitação.

7.3. Os funcionários usam EPIs (touca, avental, luvas, máscara, sapatos fechados) durante suas atividades no Meio de Hospedagem.

7.4. O Meio de Hospedagem aplica as diretrizes e disponibiliza para seus funcionários a Cartilha de Boas Práticas para Serviços de Alimentação conforme Regulamento Técnico da Anvisa (cartilha disponível na internet no site da Anvisa: www.anvisa.gov.br).

7.5. O Meio de Hospedagem realiza reuniões mensais que envolvam o tema “sustentabilidade” com os funcionários.

7.6. O Meio de Hospedagem tem procedimento operacional padrão (POP) das principais atividades como arrumação da Unidade Habitacional, café da manhã, check in/out e recepção.

7.7. O Meio de Hospedagem possui e divulga sistema de registro para elogios, sugestões e reclamações dos clientes.

7.8. O Meio de Hospedagem possui planilha para o monitoramento do consumo diário de água.

7.9. O Meio de Hospedagem possui planilha para o monitoramento do consumo diário de energia.

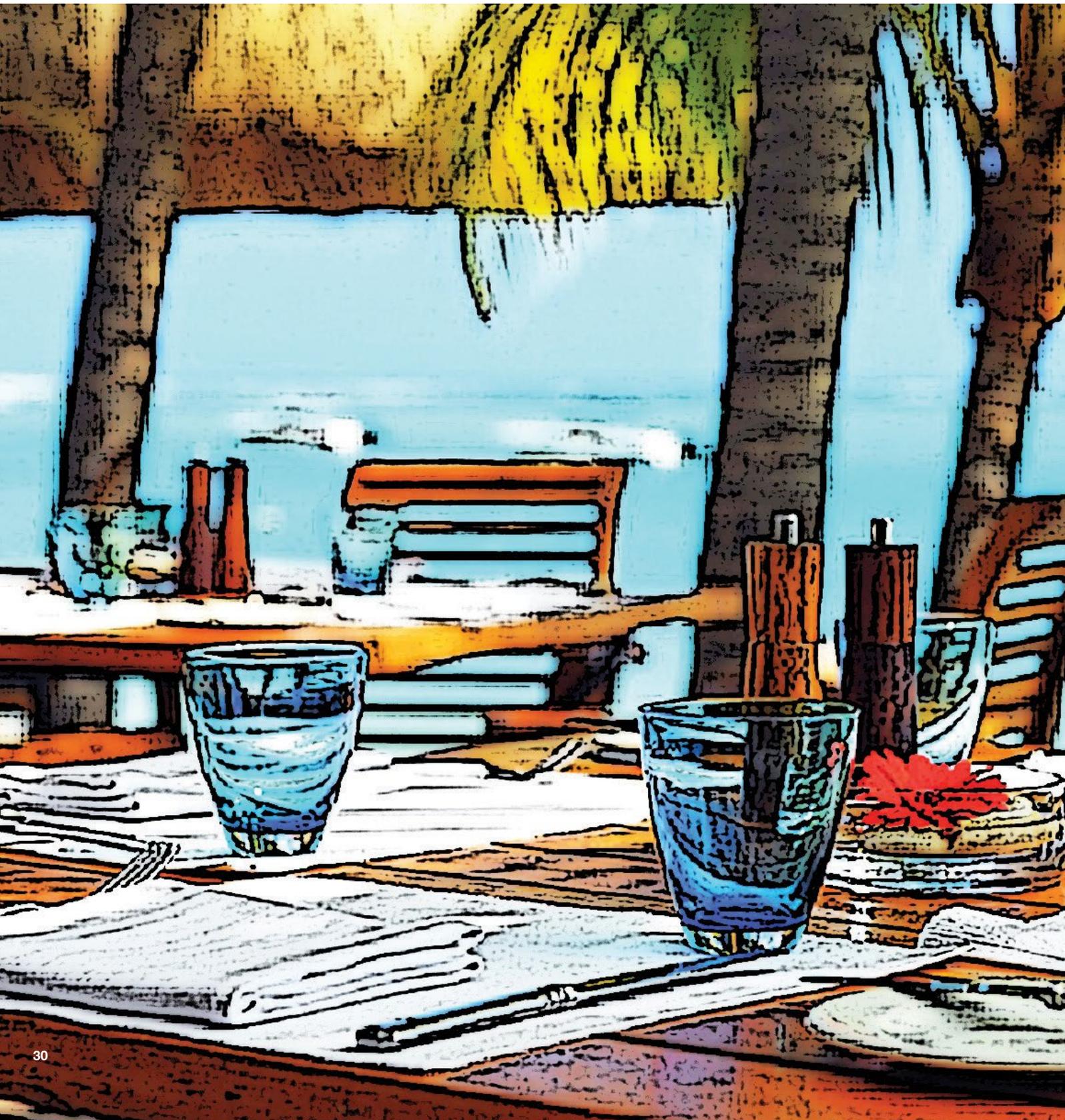
7.10. O Meio de Hospedagem possui planilha para o monitoramento da geração diária de resíduos sólidos.

7.11. O Meio de Hospedagem possui planilha de custo para os serviços oferecidos.

7.12. O Meio de Hospedagem faz uso diário de planilha para o fluxo de caixa (entradas/saídas de recursos financeiros) separando valores por categoria.

7.13. O Meio de Hospedagem possui assessoria contábil.

Gestão Sustentável para Bares e Restaurantes



Aqui apresentaremos as Diretrizes para Implementação de uma Gestão Sustentável em Bares e Restaurantes.

Para fins deste Guia, entende-se Bar como um estabelecimento comercial com balcão e pequenas mesas em que se servem bebidas alcoólicas e não alcoólicas, podendo também servir petiscos, pratos de comida caseira, balas, lanches e outras iguarias. Restaurante é entendido neste Guia como um estabelecimento comercial destinado ao preparo e comércio de refeições e bebidas, com cozinha, mesas ou um balcão onde os clientes se sentam, podendo ter também outras áreas de serviço.

1. Legislação

- 1.1. O estabelecimento possui alvará válido de localização e funcionamento expedido pelo órgão municipal.
- 1.2. O estabelecimento está sem pendências junto à esfera municipal.
- 1.3. O estabelecimento está sem pendências junto à esfera estadual.
- 1.4. O estabelecimento está sem pendências junto à esfera federal.
- 1.5. O estabelecimento possui licença válida do Corpo de Bombeiros.
- 1.6. O estabelecimento possui licença válida da Vigilância Sanitária.
- 1.7. O estabelecimento respeita a Lei Estadual do Silêncio, que trata do desrespeito ao sossego ou bem estar público a partir de ruídos ou sons excessivos.
- 1.8. O estabelecimento aplica as diretrizes e disponibiliza para seus funcionários a Cartilha de boas práticas para Serviços de Alimentação conforme Regulamento Técnico da Anvisa

(cartilha disponível na internet no site da Anvisa: www.anvisa.gov.br).

2. Água

- 2.1. Os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar água dentro e fora de seu ambiente de trabalho.
- 2.2. Há avisos bilíngues referentes ao uso racional da água para os clientes.
- 2.3. Todas as torneiras são econômicas (com arejador, temporizador, sensor de movimento, acionamento no pé).
- 2.4. Todas as descargas sanitárias possuem duplo acionamento (de 3 e 6 litros) e são devidamente sinalizadas para seu uso correto.
- 2.5. Todos os equipamentos que necessitam de água são economizadores de água (lava-louça, máquina de lavar roupa, entre outros).
- 2.6. Todas as mangueiras possuem o acessório “pistola” em sua extremidade.
- 2.7. O estabelecimento faz captação de água de chuva para uso adequado à qualidade da água.
- 2.8. O estabelecimento faz uso de água residual (do ar-condicionado, da máquina de lavar-roupa, entre outras). Veja detalhes na pág. 24.
- 2.9. As caixas de água e os reservatórios de água de chuva encontram-se devidamente tampadas e conservadas, livre de rachaduras, vazamentos, infiltrações, descascamentos dentre outros defeitos.
- 2.10. Os utensílios (vassoura, rodo, pano, balde) usados para limpeza da caixa de água são de uso exclusivo para esta finalidade.

3. Energia

3.1. Os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar energia.

3.2. Há avisos bilíngues referentes ao uso racional de energia para os clientes.

3.3. Todos os equipamentos eletroeletrônicos são economizadores de energia, possuindo a categoria Selo Procel A ou outro que represente máxima eficiência energética (ar-condicionado, chuveiro, televisor, geladeira, freezer, frigobar, entre outros).

3.4. Há rotina de manutenção e limpeza dos equipamentos eletroeletrônicos (principalmente ar-condicionado e filtro).

3.5. Há rotina de manutenção e limpeza nas borrachas das geladeiras, freezers, frigobares.

3.6. O estabelecimento faz uso de sensores de presença em locais (toailete social, dispensa, corredores pouco usados) onde a luz pode ficar acesa desnecessariamente.

3.7. O estabelecimento utiliza luminosidade natural para redução no consumo de energia.

3.8. O estabelecimento utiliza ventilação natural para redução no consumo de energia.

3.9. As lâmpadas são preferencialmente LEDs.

3.10. Geladeiras e freezers estão distantes de áreas quentes ou que sofram incidência solar.

4. Resíduos Sólidos

4.1. Os funcionários são informados oralmente e por escrito para separarem os Resíduos Sólidos (RS), dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

4.2. O estabelecimento separa adequadamente os RS por tipo de material - plástico, metal, papel, resíduo orgânico, vidro, não reciclável e resíduo sanitário.

4.3. O estabelecimento acondiciona e faz a destinação adequadamente dos resíduos tóxicos.

4.4. O estabelecimento possui lixeiras individualizadas, sinalizadas e bilíngues que garantam a adequada separação dos diferentes tipos de Resíduos Sólidos - citados nos itens 4.2 e 4.3 - em seus distintos ambientes como área de serviço e demais áreas.

4.5. O estabelecimento possui lixeiras adequadas (com tampa e pedal) que garantam a disposição correta dos Resíduos Sólidos em seu interior e em via pública. Veja detalhes na pág. 25.

4.6. O estabelecimento congela restos de comida e os dispõe congelados em via pública na hora da coleta pública dos Resíduos Sólidos.

4.7. O estabelecimento adota estratégias para reduzir a geração de Resíduos Sólidos como reutilização de papéis, vidros, latas, móveis, utensílios, embalagens entre outros.

5. Efluentes Líquidos

5.1.a. O sistema de esgoto do estabelecimento é conectado ao sistema público de coleta e tratamento.

5.1.b. Caso o estabelecimento não esteja conectado ao sistema público de coleta, ele possui fossa séptica ou outro tratamento de acordo com a legislação ambiental.

5.2. O estabelecimento possui caixa de gordura proporcional à demanda.

5.3. A caixa de gordura está localizada fora das áreas de preparo e de armazenamento de alimentos.

5.4. A limpeza da caixa de gordura é realizada no mínimo a cada seis meses ou conforme demanda.

5.5. É dado destino adequado ao óleo usado na cozinha, sendo “adequado” = colocá-lo em recipientes tampados com segurança e dependendo do volume levá-lo à alguma instituição que o reutilize/recicle.

6. Insumos

6.1. O estabelecimento é shark-free = 100% livre de carne de tubarão ou outras partes provenientes de tubarão e de outros animais ameaçados de extinção.

6.2. O estabelecimento não usa descartável/plásticos, como copos, pratos, talheres e canudos.

6.3. O estabelecimento não vende água mineral em garrafa inferior a 500 ml.

6.4. Os produtos de limpeza são adquiridos em embalagens maiores - a partir de 2 kg/litros.

6.5. Os produtos de limpeza são concentrados.

6.6. Os produtos de limpeza são biodegradáveis.

6.7. O estabelecimento não usa aromatizador de ambiente em embalagem aerosol. Veja detalhes na pág. 25.

7. Trabalho e Renda

7.1. O estabelecimento emprega mão de obra local (quanto maior o número, mais sustentável).

7.2. Todos os funcionários frequentam anualmente cursos de capacitação.

7.3. Os colaboradores usam EPIs (touca, avental, luvas, máscara, sapatos) durante suas atividades no estabelecimento.

7.4. É disponibilizado fardamento para os funcionários.

7.5. O estabelecimento realiza reuniões mensais que envolvam o tema “sustentabilidade” com os funcionários.

7.6. O estabelecimento faz controle regular de vetores e pragas através de empresa especializada.

7.7. Os locais de armazenamento dos alimentos são exclusivos para alimentos e são mantidos limpos, organizados, ventilados e protegidos de insetos e outros animais.

7.8. O estabelecimento possui e divulga sistema de registro para elogios, sugestões e reclamações dos clientes.

7.9. O estabelecimento possui planilha para o monitoramento do consumo diário de água.

7.10. O estabelecimento possui planilha para o monitoramento do consumo diário de energia.

7.11. O estabelecimento possui planilha para o monitoramento da geração diária de resíduos sólidos.

7.12. O estabelecimento possui planilha de custo para os serviços oferecidos.

7.13. O estabelecimento faz uso diário de planilha para o fluxo de caixa (entradas/saídas de recursos financeiros) separando valores por categoria.

7.14. O estabelecimento possui assessoria contábil.

Gestão Sustentável para Passeio de Barco Comercial



Aqui apresentaremos as Diretrizes para Implementação de uma Gestão Sustentável para a atividade turística Passeio de Barco Comercial. As diretrizes compreendem somente a parte aquática da operação do Passeio de Barco Comercial.

Caso a empresa tenha interesse em implementar uma Gestão Sustentável em seu escritório, loja e/ou alojamento, acesse a parte deste Guia para Meios de Hospedagem e Bares e Restaurantes. Lá encontrará diretrizes do que deve ser feito, com os devidos ajustes, obviamente!

Para fins deste Guia, entende-se Passeio de Barco Comercial como o serviço de transporte de passageiros de forma coletiva ou individual, em atividade turística mediante pagamento de recursos financeiros, com embarcações motorizadas em estuários, baías, enseadas e áreas marítimas, para visitação de ilhas, lajes, parais, contemplação de paisagens, fauna, flora e sítios históricos.

1. Legislação

1.1. A Empresa de Passeio de Barco Comercial possui alvará válido de localização e funcionamento expedido pelo órgão competente.

1.2. A Empresa de Passeio de Barco Comercial está sem pendências junto à esfera municipal.

1.3. A Empresa de Passeio de Barco Comercial está sem pendências junto à Marinha do Brasil.

1.4. A Empresa de Passeio de Barco Comercial está sem pendências junto ao ICMBio. Saiba mais em: www.icmbio.gov.br

1.5. A Empresa de Passeio de Barco Comercial possui licenç  válida do Corpo de Bombeiros.

1.6. A Empresa de Passeio de Barco Comercial possui licenç  válida da Vigilância Sanitária.

1.7. A Empresa de Passeio de Barco Comercial

atende às Normas da Autoridade Marítima (NORMANS: www.dpc.mar.mil.br/normas/normam) para as embarcações de sua classe, especialmente as NORMAM-01/DPC e NORMAM-02/DPC.

1.8. As embarcações utilizadas são adequadas às normas impostas pela Marinha Brasileira para a classificação da embarcação.

1.9. As embarcações utilizadas são cadastradas junto às Unidades de Conservação de sua área de atuação para operação regular.

1.10. As embarcações utilizadas não receberam nenhuma multa ou notificação do ICMBio ou de outro órgão ambiental nos últimos 12 meses.

2.  gua

2.1. Os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar água dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

2.2. Os reservatórios de água das embarcações utilizadas encontram-se devidamente fechados e conservados, livre de rachaduras, vazamentos, infiltrações, descascamentos dentre outros defeitos.

3. Energia

3.1. Os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar energia dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

3.2. As embarcações utilizadas possuem motor eficiente/mais econômico.

3.3. As embarcações utilizadas possuem bateria eficiente/mais econômica.

3.4. As embarcações utilizadas possuem sistema auxiliar de propulsão, como vela ou motor elétrico.

4. Resíduos Sólidos

4.1. Os funcionários são informados oralmente e por escrito para separarem os Resíduos Sólidos (RS), dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

4.2. Os clientes são informados oralmente e por escrito para descartarem os RS adequadamente dentro e fora de sua embarcação.

4.3. Nas embarcações utilizadas são separados adequadamente os RS por tipo de material - plástico, metal, papel, resíduo orgânico, vidro, não reciclável e resíduo sanitário.

4.4. As embarcações utilizadas possuem lixeiras individualizadas e sinalizadas que garantam a adequada separação dos diferentes tipos de RS.

4.5. As embarcações utilizadas possuem lixeiras adequadas (com tampa, pedal e pesadas) que garantam a disposição correta dos RS. Veja detalhes na pág. 25.

4.6. Ao longo e ao término da operação do passeio os resíduos tóxicos são acondicionados e têm destinação adequada. Veja detalhes na pág. 24.

5. Efluentes Líquidos

5.1. O sistema de esgotamento sanitário das embarcações utilizadas tem capacidade de armazenamento para no mínimo duas saídas ou dois dias com a lotação total do barco.

5.2. É dado destino adequado aos óleos lubrificantes utilizados nas embarcações e veículos.

Destino adequado aos óleos lubrificantes

Óleos Lubrificantes devem se transportados e acondicionados em recipientes tampados com segurança e levados a um revendedor ou para um serviço de troca, que atenda à legislação ambiental (maiores detalhes, veja Resolução CONAMA nº 362/2005, art. 17, inciso II).

6. Insumos

6.1. Nas embarcações não são usados descartáveis/plásticos como copos, pratos, talheres, canudos.

6.2. Os produtos de limpeza são adquiridos em embalagens maiores, a partir de 2 kg/litros.

6.3. Os produtos de limpeza usados nas embarcações são concentrados.

6.4. Os produtos de limpeza usados nas embarcações são biodegradáveis.

7. Trabalho e Renda

7.1. A Empresa de Passeio de Barco Comercial emprega mão de obra local (quanto maior o número, mais sustentável).

7.2. As embarcações utilizadas possuem em sua tripulação no mínimo um condutor de visitantes ou guia turístico.

7.3. A Empresa de Passeio de Barco Comercial realiza reuniões mensais que envolvam o tema “sustentabilidade” com os funcionários.

7.4. A embarcação distribui ou tem fixado em local visível materiais de Educação Ambiental contendo informações gerais sobre a biodiversidade da área tais como folhetos e cartazes.

7.5. A embarcação distribui ou tem fixado em local visível normas de conduta quando da presença de animais ou dentro de Unidades de Conservação e as consequências legais de sua não observação.

7.6. A Empresa de Passeio de Barco Comercial segue a ABNT NBR ISO 21103:2014 - Turismo de aventura - Informações para participantes.

7.7. A Empresa de Passeio de Barco Comercial possui em local visível livro de registro/opinário para elogios, sugestões e reclamações dos clientes.

7.8. A cabine das embarcações utilizadas possui capacidade de abrigar a totalidade dos passageiros quando se apresentarem condições climáticas desfavoráveis.

7.9. As embarcações utilizadas não possuem motores de popa ou motores de rabeta ou de pé de galinha.

7.10. As embarcações utilizadas não possuem motores de 2 tempos.

7.11. As embarcações utilizadas possuem sistema de descarga aéreo ou separado da refrigeração do motor.

7.12. A Empresa de Passeio de Barco Comercial possui planilha de custo para os serviços oferecidos.

7.13. A Empresa de Passeio de Barco Comercial faz uso diário de planilha para o fluxo de caixa (entradas/saídas de recursos financeiros) separando valores por categoria.

7.14. A Empresa de Passeio de Barco Comercial possui assessoria contábil.

7.15. Quando da manutenção e reparo das embarcações utilizadas por meio de produtos industrializados e tóxicos, todos os cuidados são tomados para garantir a não contaminação do solo, da água e da saúde do trabalhador (como uso de EPIs, proteção do solo, entre outros).

8. Segurança

8.1. A Empresa de Passeio de Barco Comercial dispõe de Sistema de Gestão da Segurança (SGS) implementado em conformidade com a Norma Técnica da ABNT NBR ISO 21101:2014 - Turismo de aventura - Sistemas de gestão da segurança - Requisitos, ou outra norma técnica que venham a substituí-la.

8.2. Nas saídas de barco, há pelo menos dois profissionais com capacitação atualizada para atender situações de resgate e primeiros socorros.

8.3. Caso ocorra mergulho livre na saída de barco, há pelo menos um condutor de snorkeling formado conforme ABNT NBR ISO 13970.

8.4. Caso ocorra mergulho livre na saída de barco, são seguidos os requisitos para conduta de atividades de snorkeling conforme ABNT NBR ISO 13289.

8.5. Caso ocorra mergulho livre na saída de barco, as embarcações utilizadas possuem coletes flutuadores próprios para mergulho livre para todos os passageiros.

Mergulho livre

Tipo de mergulho feito sem o uso de aparelhos de respiração, que pode ser natação na superfície com equipamento, o snorkeling, ou com submersão, a apneia.

- Snorkeling é a atividade de flutuação com máscara e respirador, podendo usar ou não nadadeira e colete salva-vidas.
- Apneia ocorre quando o mergulhador submerge com a respiração presa e permanece instantes debaixo da água.

8.6. Caso ocorra mergulho rebocado na saída de barco, as embarcações utilizadas possuem hélice com proteção.

8.7. Há em local visível nas embarcações um fluxograma do Plano de Emergência em caso de acidente.

8.8. Há kits de resgate e primeiros socorros em boas condições de uso e manutenção a bordo das embarcações utilizadas.

8.9. As embarcações utilizadas possuem Aparelho de Posicionamento Geográfico (GPS).

8.10. As embarcações utilizadas possuem sistema de rastreadores por radar.

Gestão Sustentável para Mergulho Autônomo Comercial



Aqui apresentaremos as Diretrizes para Implementação de uma Gestão Sustentável para a atividade turística Mergulho Autônomo Comercial. As diretrizes compreendem somente a parte aquática da operação do Mergulho Autônomo Comercial.

Caso a empresa tenha interesse em implementar uma Gestão Sustentável em seu escritório, loja e/ou alojamento, acesse a parte deste Guia para Meios de Hospedagem e Bares e Restaurantes. Lá encontrará diretrizes do que deve ser feito, com os devidos ajustes, obviamente!

Para fins deste Guia, entende-se Mergulho Autônomo Comercial como o serviço de propiciar e/ou conduzir de forma coletiva ou individual, em atividade turística mediante pagamento de recursos financeiros, a submersão em ambientes aquáticos costeiros ou marinhos com auxílio de equipamentos do mergulho livre mais um aparelho de respiração subaquática conhecido como SCUBA, que possui um cilindro de ar e um regulador.

1. Legislação

1.1. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial possui alvará válido de localização e funcionamento expedido pelo órgão municipal.

1.2. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial está sem pendências junto à esfera municipal.

1.3. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial está sem pendências junto à Marinha do Brasil.

1.4. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial está sem pendências junto ao ICMBio. Saiba mais em: www.icmbio.gov.br

1.5. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial possui licença válida do Corpo de Bombeiros.

1.6. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial possui licença válida da Vigilância Sanitária.

1.7. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial é certificada na ABNT NBR 15331:2005 – Turismo de aventura – Sistema de Gestão da Segurança, ou outras normas técnicas que venham a substituí-la.

2. Água

2.1. Os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar água dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

2.2. Todos os equipamentos que necessitam de água são economizadores de água.

2.3. Todas as mangueiras possuem como acessório a “pistola” em sua extremidade.

2.4. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial faz captação de água de chuva para uso adequado à qualidade da água.

2.5. As caixas de água e os reservatórios de água de chuva encontram-se devidamente tampados e conservados - livre de rachaduras, vazamentos, infiltrações, descascamentos dentre outros defeitos.

3. Energia

3.1. Os funcionários são informados por escrito e oralmente para economizar energia dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

3.2. As embarcações utilizadas possuem motor eficiente/mais econômico.

3.3. As embarcações utilizadas possuem bateria eficiente/mais econômica.

3.4. As embarcações utilizadas possuem sistema auxiliar de propulsão, como vela ou motor elétrico.

4. Resíduos Sólidos

4.1. Os funcionários são informados oralmente e por escrito para separarem os Resíduos Sólidos

(RS), dentro e fora de seu ambiente de trabalho.

4.2. Os clientes são informados oralmente e por escrito para descartarem os RS adequadamente dentro e fora de sua embarcação.

4.3. Nas embarcações utilizadas são separados adequadamente os RS por tipo de material - plástico, metal, papel, resíduo orgânico, vidro, não reciclável e resíduo sanitário.

4.4. As embarcações utilizadas possuem lixeiras individualizadas e sinalizadas que garantam a adequada separação dos diferentes tipos de RS.

4.5. As embarcações utilizadas possuem lixeiras adequadas (com tampa, pedal e pesadas) que garantam a disposição correta dos RS.

4.6. Ao longo e ao término da operação do passeio os resíduos tóxicos são acondicionados e têm destinação adequada. Veja detalhes na pág. 24.

5. Efluentes Líquidos

5.1. O sistema de esgotamento sanitário das embarcações utilizadas tem capacidade de armazenamento para no mínimo duas saídas/ou dois dias com a lotação total do barco.

5.2. É dado destino adequado aos óleos lubrificantes utilizados nas embarcações e veículos.

Destino adequado aos óleos lubrificantes

Óleos Lubrificantes devem se transportados e acondicionados em recipientes tampados com segurança e levados a um revendedor ou para um serviço de troca, que atenda à legislação ambiental (maiores detalhes, veja Resolução CONAMA nº 362/2005, art. 17, inciso II).

6. Insumos

6.1. Nas embarcações não são usados descartáveis/plásticos como copos, pratos, talheres, canudos.

6.2. Os produtos de limpeza são adquiridos em embalagens maiores, a partir de 2 kg/litros.

6.3. Os produtos de limpeza usados nas embarcações são concentrados.

6.4. Os produtos de limpeza usados nas embarcações são biodegradáveis.

7. Trabalho e Renda

7.1. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial emprega mão de obra local (quanto maior o número, mais sustentável).

7.2. A empresa possui em sua tripulação no mínimo um condutor de visitantes ou guia turístico.

7.3. Mais de 50% dos profissionais que trabalham na operação de mergulho são instrutores certificados.

7.4. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial realiza reuniões que envolvam o tema “sustentabilidade” com os colaboradores.

7.5. Quando da manutenção e reparo da embarcação por meio de produtos industrializados e tóxicos, todos os cuidados são tomados para garantir a não contaminação do solo, da água e da saúde do trabalhador (como uso de EPIs, proteção do solo, entre outros).

7.6. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial segue a ABNT NBR ISO 21103:2014 - Turismo de aventura - Informações para participantes.

7.7. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial distribui ou tem fixado em local visível em suas embarcações materiais de Educação Ambiental contendo informações gerais sobre a biodiversidade da área tais como folhetos e cartazes.

7.8. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial distribui ou tem fixado em local visível em suas embarcações as normas de conduta quanto da presença de animais ou dentro de Unidades de

Conservação e as consequências legais de sua não observação.

7.9. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial possui e divulga sistema de registro para elogios, sugestões e reclamações dos clientes.

7.10. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial possui planilha de custo para os serviços oferecidos e planilha para o fluxo de caixa.

8. Segurança

8.1. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial dispõe de Sistema de Gestão da Segurança (SGS) implementado em conformidade com a Norma Técnica da ABNT NBR ISO 21101:2014 - Turismo de aventura - Sistemas de Gestão da Segurança - Requisitos, ou outra norma técnica que venham a substituí-la.

8.2. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial segue a ABNT NBR ISO 24.803 - Serviços de Mergulho Recreativo: Requisitos para prestadores de serviços de mergulho autônomo recreativo.

8.3. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial segue a ABNT NBR ISO 24.801-1:2008 – Serviços de mergulho recreativo – Requisitos mínimos relativos à segurança para o treinamento de mergulhadores autônomos – Parte 1: Nível 1 – Mergulhador supervisionado.

8.4. Mais de 50% dos membros da equipe que opera com mergulho são associados à Divers Alert Network (DAN).

8.5. Há uma padronização sistematizada e escrita (“check-lists” escritos nos procedimentos de briefings) quanto às orientações dadas aos clientes que irão realizar o mergulho autônomo credenciado e de batismo.

8.6. Em cada barco em operações de mergulho autônomo da Empresa de Mergulho Autônomo Comercial, há pelo menos dois profissionais com capacitação atualizada para atender situações de

resgate e primeiros socorros.

8.7. Há nas embarcações em local visível um fluxograma do Plano de Emergência em caso de acidente de mergulho.

8.8. Há kits de resgate e primeiros socorros em boas condições de uso e manutenção a bordo de todas as embarcações.

8.9. Há kit de oxigênio a bordo de todas as embarcações, bem como profissional qualificado e treinado para utilização do mesmo.

8.10. Há material de segurança marítima de mergulhador (dive alert, carretilha e decomarker) a bordo de todas as embarcações.

8.11. Há inspeção e manutenção diária de reguladores e coletes de mergulho autônomo.

8.12. Há inspeção e manutenção dos cilindros, conforme periodicidade especificada pelo fabricante (no mínimo: inspeção visual anualmente e teste hidrostático a cada 5 anos).

8.13. A Empresa de Mergulho Autônomo Comercial não trabalha com cilindros fabricados com a liga 6351.

8.14. Há revisão e troca de filtros nos compressores e demais sistemas de recarga, conforme especificação do fabricante.

8.15. Nas operações de mergulho credenciado é utilizada a proporção de para cada seis clientes o mínimo de dois funcionários, sendo no mínimo um “Instrutor de Mergulho Nível 2” e um “Condutor de Mergulho”.

8.16. Nas operações de mergulho “batismo” é utilizada a proporção de para cada um cliente o mínimo de um funcionário, “Instrutor de Mergulho Nível 2” ou “Condutor de Mergulho”.

Referências bibliográficas

- [1] **BROWN, Lester R.; FLAVIN, Christopher.** Uma nova economia para um novo século. Lester R. Brown et al., Estado do Mundo, p. 03, 1999.
- [2] **ONU – Organização das Nações Unidas.** Disponível em < <https://nacoesunidas.org/>>. Acesso em: 7 ago. 2015.
- [3] **Worldometers** – Disponível em < <http://www.worldometers.info/pt/>>. Acesso em: 17 dez. 2015.
- [4] **GARDNER, Gary; SAMPAT, Payal.** Forjando uma economia de materiais sustentáveis. Lester R. Brown et al., Estado do Mundo, p. 42, 1999.
- [5] **HARDIN, GARRETT. The Tragedy of Commons.** Science, v. 162, pp. 1243-1248, 1968.
- [6] **ARISTÓTELES. Política.** Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bk000426.pdf>>. Acesso em: 16/12/2015.
- [7] **SEROA DA MOTTA, R. Manual para valoração econômica de recursos naturais.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1998.
- [8] **DIAMOND, Jared. Colapso.** Editorial Random House Mondadori, 2007.
- [9] **MENDONÇA, Rita. Como cuidar do seu meio ambiente.** 2010.
- [10] **BRASIL, Constituição.** Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- [11] **CAVALCANTI, Cavalcanti. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica.** vol.26, n.74, pp. 35-50, 2012.
- [12] **HARARI, Yuval Noah. Sapiens - Uma breve História da Humanidade.** 2015.
- [13] **HARARI, Yuval Noah. “What explains the rise of humans ?”. Palestra TED.** Disponível em: < http://www.ted.com/talks/yuval_noah_harari_what_explains_the_rise_of_humans?language=pt-br>
- [14] **REIS, Lineu Belico dos et al. Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável.** São Paulo. 2012.
- [15] **DEMING, W. E. Qualidade: A Revolução da Administração.** Rio de Janeiro: Marques Saraiva, 1990.
- [16] **ABNT – Associação de Normas e Técnicas.** Disponível em: <www.abnt.org.br>. Acesso em: 20 dez. 15.
- [17] **WORLD TOURISM ORGANIZATION. Agenda 21 for the travel & tourism industry: towards environmentally sustainable development.** Madrid: OMT, 1994.
- [18] **NAIME, R. Turismo sustentável pode ser chave para proteção do meio ambiente.** Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2015/02/27/turismo-sustentavel-pode-ser-chave-para-protecao-do-meio-ambiente/>>. Acesso em 27 fev. 2015.
- [19] **EMBRATUR - EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO. Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília, 1994.
- [20] **Balanço Energético Nacional 2015. Ano Base 2014.** Relatório Síntese. Rio de Janeiro, EPE, 2015.
- [21] **BRASIL. A Política Nacional de Resíduos Sólidos - LEI Nº 12.305, de 2 de Agosto de 2010.**
- [22] **BRASIL. Resolução CONAMA Nº 020, de 18 de junho de 1986.**

Oiapoque, AP

**“Sejamos nós a
transformação
que queremos
para o mundo.”**

Mahatma Gandhi

Chuí, RS

ISBN 978-85-92737-00-9



9 788592 737009

